

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília – SP**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

**KELEM GHELLERE ROSSO**

**FLORESTAN FERNANDES E O CARÁTER AUTOCRÁTICO DA BURGUESIA  
BRASILEIRA: UMA LEITURA SOBRE “A REVOLUÇÃO BURGUESA NO  
BRASIL”.**

**MARÍLIA - S.P.**

**2015**

KELEM GHELLERE ROSSO

**FLORESTAN FERNANDES E O CARÁTER AUTOCRÁTICO DA BURGUESIA  
BRASILEIRA: UMA LEITURA SOBRE “A REVOLUÇÃO BURGUESA NO  
BRASIL”.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp/Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** *Determinações do Mundo do Trabalho.*

**Orientador:** Anderson Deo

MARÍLIA - S.P.

2015

Rosso, Kelem Ghellere.  
R838f Florestan Fernandes e o caráter autocrático da  
burguesia brasileira: uma leitura sobre “A revolução  
burguesa no Brasil” / Kelem Ghellere Rosso. – Marília,  
2015.

96 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –  
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e  
Ciências, 2015.

Bibliografia: f. 93-96

Orientador: Anderson Deo.

1. Capitalismo. 2. Ditadura. 3. Classe média - Brasil.  
I. Título.

CDD 323.6

KELEM GHELLERE ROSSO

**FLORESTAN FERNANDES E O CARÁTER AUTOCRÁTICO DA BURGUESIA  
BRASILEIRA: UMA LEITURA SOBRE “A REVOLUÇÃO BURGUESA NO  
BRASIL”.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
UNESP - FFC/Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Anderson Deo (Orientador)  
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas  
Universidade Estadual Paulista - UNESP, FFC/Marília

---

Dr. Antonio Carlos Mazzeo  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Universidade de São Paulo - USP

---

Dra. Angélica Lovatto  
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas  
Universidade Estadual Paulista - UNESP, FFC/Marília

Marília, 06 de maio de 2015

Dedico ao meu pai (*in memoriam*), mais conhecido como “Badejo”.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu pai, cuja presença se foi enquanto eu escrevia essa dissertação. Sua vida de muito trabalho, pedreiro desde os 13 anos, sempre esteve presente nos meus pensamentos e me marcou muito na sua inteligência e seu gênio muito próprios do seu ofício;

À minha mãe que me mostrou outra face do amor, no seu exemplo ao lado do meu pai, apesar de todas as adversidades;

Aos companheiros, camaradas, amigos de luta que ajudaram na minha formação como militante, mas mais que isso, no meu crescimento como ser humano. Foram greves de professores, eleições de sindicato, ocupação da Assembleia Legislativa do Paraná, e muito mais que estiveram permeando essa dissertação (deixada em segundo plano na maioria das vezes);

A todos que constroem a Unesp/Marília, servidores técnico-administrativos, terceirizados, professores e estudantes, cuja acolhida foi a melhor possível, sempre me senti em cada;

Agradeço aos meus orientadores, Antonio Carlos Mazzeo, sempre muito prestativo e de uma generosidade admirável, e Anderson Deo, também sempre muito gentil e generoso, desde o nosso primeiro contato;

Agradeço também a Angélica Lovatto, presente no decorrer de todo meu mestrado.

A todas as amigas que fiz nessa passagem pela Unesp/Marília, com certeza deram toda a alegria ao meu mestrado e compensaram todas as dificuldades.

Aos colegas e amigos do Instituto Federal do Paraná, pela compreensão que tiveram com o meu momento de finalização da dissertação, e que já admiro pelo comprometimento com a educação pública.

Ao Igor, meu companheiro, camarada, que com seu amor tão lindo me lembra todos os dias o porque estamos nessa luta.

[...]

*Olhou em torno: gamela,  
Banco, enxerga, caldeirão  
Vidro, parede, janela  
Casa, cidade, nação!  
Tudo, tudo o que existia  
Era ele quem o fazia  
Ele, um humilde operário  
Um operário que sabia  
Exercer a profissão.*

*Ah, homens de pensamento  
Não sabereis nunca o quanto  
Aquele humilde operário  
Soube naquele momento!  
Naquela casa vazia  
Que ele mesmo levantara  
Um mundo novo nascia  
De que sequer suspeitava.  
O operário emocionado  
Olhou sua própria mão  
Sua rude mão de operário  
De operário em construção  
E olhando bem para ela  
Teve um segundo a impressão  
De que não havia no mundo  
Coisa que fosse mais bela.*

[...]

*(Operário em Construção, Vinícius de Moraes)*

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de recuperar o conceito de autocracia burguesa presente na obra *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*, de Florestan Fernandes, por partimos da hipótese da atualidade do seu conceito para a problematização sobre o caráter da democracia no Brasil. Subjacente a essa hipótese está a de que as potencialidades explicativas das contribuições sobre o caráter autocrático da dominação burguesa nos países de capitalismo dependente são intensificadas com o recrudescimento da crise estrutural do sistema do capital. Para essas reflexões, o trabalho se dedica à análise das categorias centrais para o entendimento da autocracia burguesa segundo Florestan Fernandes. Assim a autocracia burguesa é aqui entendida como a expressão política máxima e síntese das contradições do tipo de capitalismo aqui possível, o capitalismo dependente, que mantém a extrema concentração de riqueza e de poder político presentes desde o período colonial.

**Palavras-chave:** autocracia burguesa; revolução burguesa no Brasil; capitalismo dependente.

## ABSTRACT

This work aims to recover the concept of bourgeois autocracy present in the work *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, Florestan Fernandes, for today we start from the assumption of its concept for questioning about the nature of democracy in Brazil. Underlying this hypothesis is that the explanatory potential of contributions on the autocratic character of bourgeois rule in the countries of dependent capitalism are intensified with the intensification of capital's structural crisis of the system. To these reflections, the work is dedicated to the analysis of the main categories for understanding the bourgeois autocracy under Florestan Fernandes. Thus the bourgeois autocracy is understood here as the maximum political expression and synthesis of the contradictions of the type of capitalism here possible, dependent capitalism, which keeps the extreme concentration of wealth and political power present since the colonial period.

**Keywords:** bourgeois autocracy; Bourgeois Revolution in Brazil; dependent capitalism.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
<b>1. VIDA E OBRA DE FLORESTAN FERNANDES: socialismo e sociologia .....</b>	<b>14</b>
<b>2. REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL E CAPITALISMO DEPENDENTE: A INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA DE FLORESTAN FERNANDES .....</b>	<b>29</b>
2.1. Sobre a obra <i>A Revolução Burguesa no Brasil</i> : questões preliminares .....	29
2.2. Antecedentes da Revolução Burguesa no Brasil: a herança colonial-escravocrata	32
2.3. O papel da dimensão política na formação do capitalismo no Brasil.....	37
<b>3. O CARÁTER AUTOCRÁTICO DA BURGUESIA BRASILEIRA: A FACE POLÍTICA DO CAPITALISMO DEPENDENTE.....</b>	<b>57</b>
3.1. Capitalismo Monopolista e Imperialismo Total: novos dilemas à dominação burguesa e ao poder burguês no capitalismo dependente.....	57
3.2. A autocracia burguesa se disfarça de democracia: o fruto genuíno da Revolução Burguesa no Brasil.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	93

## INTRODUÇÃO

O interesse por este estudo parte dos dilemas lançados pelo contexto de crise mundial - que se intensifica a cada ano, especialmente a partir de 2007 -, e de como se desenham em países de capitalismo dependente como o Brasil. Por isso o estudo se volta para o conceito de *autocracia burguesa* na obra de Florestan Fernandes, tendo em vista a necessidade de esclarecê-lo e de considerar as suas potencialidades explicativas no contexto atual em que essa crise, de caráter estrutural, traz novos desafios e impõe mudanças à dominação burguesa. Tal crise mundial é entendida aqui enquanto expressão do desenvolvimento próprio do modo de ser do sistema do capital que se evidencia a partir da década de 1970, quando se configura a crise estrutural do sistema do capital manifesta primeiramente sob a forma de sucessivas crises financeiras, especificamente a partir de 1973. O caráter estrutural dessa crise é identificado, segundo a análise de István Mészáros (2009; 2002), por implicar na imposição de limites absolutos à expansão da acumulação de capital, assim impedindo que esses limites sejam deslocados, como ocorrem nas crises cíclicas, de uma esfera a outra do sistema (produção, distribuição/circulação e consumo) e também a outros países.

Nesse processo, torna-se ainda mais visível a crescente indispensabilidade do Estado burguês enquanto defensor e sustentáculo do sistema sociometabólico do capital<sup>1</sup>, que, portanto, precisa engendrar novas respostas à resistência da classe trabalhadora que se ergue contra os impactos da crise estrutural. A imprescindível atuação do Estado de sustentação ao sistema do capital fica ainda mais evidente na atual fase imperialista, quando o Estado entra em completa simbiose com o capitalismo monopolista tornando-se ainda mais indispensável para a sobrevivência do capitalismo (Mészáros, 2002). Um exemplo dessa indispensabilidade da “ajuda externa” é observado nos períodos pós-guerra quando ganha lugar um momento de expansão econômica graças à ativação do complexo industrial militar dos Estados imperialistas. A partir da década de 1970, com a mundialização do capital, esse processo assume novos contornos. Com a intensificação do processo de financeirização da economia o chamado “neoliberalismo” tem que se contrapor ao

---

<sup>1</sup> Aqui o conceito de sistema sócio-metabólico do capital advém de István Mészáros (2002), caracterizando-o como modo de produção portador de uma lógica própria de desenvolvimento amparada pelo tripé formado entre o *capital*, o *trabalho assalariado* e o *Estado*.

seu próprio princípio (ilusório) de não intervenção estatal e defender abertamente a proteção por parte do Estado para as instituições financeiras.

Segundo Florestan Fernandes, a era do capitalismo monopolista exige uma adaptação estrutural do Estado, ou seja, uma nova forma de intervenção do Estado burguês na economia e enquanto complexo industrial-militar, tomando a forma de:

tecnó-estruturas que surgem dentro do Estado por imposição da evolução do capitalismo e que se traduzem pela ampliação e intensificação do elemento autoritário intrínseco ao Estado burguês, mesmo que ele continue a mostrar-se como *democrático* (isto é, não assuma uma feição típica do Estado de exceção). (FERNANDES, 1979, p.33).

Essa é a tendência geral do Estado burguês<sup>2</sup>, pois a burguesia, a partir do momento que ultrapassa a fase de destruição do feudalismo para a de consolidação do capitalismo se despe de suas vestes revolucionárias e assume seu papel conservador e posteriormente reacionário perante as estruturas sociais, pois é contra a burguesia que agora se concentram todas as investidas revolucionárias. O marco dessa guinada se estabelece a partir da Revolução de 1848<sup>3</sup>, que anunciará a nova força social revolucionária: o proletariado. Faz-se necessário, portanto, engendrar estruturas contrarrevolucionárias, primeiramente nas instituições burguesas, que se alastrem para todos os ramos da vida social. Essas estruturas são manipuladas no sentido de permanecerem latentes para serem externalizadas quando for necessário – como prevê o “Estado democrático” - e tendem, juntamente ao papel reacionário da burguesia, a se aprofundar com o desenvolvimento próprio do capitalismo e diante de situações de crise. Levando em consideração que no Brasil a burguesia nunca de fato assumiu um caráter revolucionário, visto que temia o fortalecimento das causas populares nesse processo, o capitalismo desde o princípio se assentara sobre as bases de dominação política engendradas pelo período colonial-escravocrata, que se aperfeiçoará numa sucessão de mecanismos próprios do capitalismo dependente, mantendo na essencialidade o caráter autocrático (FERNANDES, 2005).

---

<sup>2</sup> Em referências às contribuições de Lênin, concentradas principalmente na sua obra *Estado e Revolução* (2010).

<sup>3</sup> Segundo José Paulo Netto e Marcelo Braz (2012, p. 32): “No plano das ideias, 1848 assinala uma inflexão de significado histórico-universal: a burguesia abandona os principais valores da cultura ilustrada e ingressa no ciclo da sua *decadência ideológica*, caracterizado por sua incapacidade de classe para propor alternativas emancipadoras; a herança ilustrada passa às mãos do proletariado, que se situa, então, como sujeito revolucionário.”

No caso dos países capitalistas periféricos, em especial da América Latina, o Estado capitalista foi responsável por associar o imperialismo, as grandes corporações e a burguesia nativa convertendo-se no pilar estrutural e articulador entre a periferia e o centro. O ponto máximo desse processo encontra-se na ditadura civil-militar iniciada com o golpe de Estado em 1964, quando se instaurou o “ciclo autocrático burguês”<sup>4</sup> consolidando um Estado apto a garantir a incorporação dependente do país na economia mundial, sob o qual não há espaço para qualquer anseio democrático, a não ser concessões ilusórias que não garantem a participação democrática efetiva. Compartilhando da análise de Florestan Fernandes, coloca José Paulo Netto:

O Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a *reprodução do desenvolvimento dependente e associado*, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (e não é infrequente que a coordenação se dê também por incapacidade de competir). (NETTO, 2009, p. 27-28, - grifos do autor)

A ditadura civil-militar, portanto, deu fruto a uma estrutura estatal contrarrevolucionária que não foi desfeita após a “transição democrática”. Pelo contrário, o que se empreendeu foi uma “transição lenta, gradual e segura” através de uma “conciliação pelo alto” que apenas substituiu uma ditadura de classes aberta por uma ditadura de classes dissimulada (FERNANDES, 1986), preservando o *Estado autocrático burguês* capaz de garantir os interesses do capital monopolista no país.

Porém, os limites impostos pela crise estrutural à acumulação do capital acrescentam barreiras também à dissimulação da ditadura da burguesia. Na impossibilidade de uma saída econômica absoluta para as contradições internas do próprio capitalismo, o campo político se fortalece enquanto antessala das investidas mais duras que tentam minimizar a irrefreável queda da taxa de lucro. De acordo com o que coloca Mészáros:

Diante do fato de que a mais problemática das contradições gerais do sistema do capital é a existente entre a impossibilidade de impor restrições

---

<sup>4</sup> NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009.

internas a seus constituintes econômicos e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições, qualquer esperança de encontrar uma saída desse círculo vicioso, nas circunstâncias marcadas pela ativação dos limites absolutos do capital, deve ser investida na dimensão política do sistema. Com as recentes medidas legislativas que já apontam nessa direção, não pode haver dúvida de que o pleno poder do Estado será ativado para atender à meta de encerrar esse círculo vicioso do capital, ainda que isto signifique sujeitar quaisquer dissensões potenciais a restrições autoritárias extremas. (2002, p. 220).

Para compreender como essa dinâmica se processa na realidade brasileira, a obra de Florestan Fernandes atrai pela complexidade com que articula a análise da formação social brasileira. Além da inquestionável contribuição desse sociólogo para a própria consolidação da Sociologia como disciplina institucionalizada tanto na academia, quanto na escola básica, suas obras partem de um objetivo maior: aprimorar os instrumentos analíticos capazes de desvendar a dinâmica imanente da realidade, a partir de seu meio, a sociedade brasileira, em relação direta com a finalidade de acabar definitivamente com a sociedade de classes.

Esses elementos configuraram o objetivo desta pesquisa: recuperar o conceito de autocracia burguesa presente na obra *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*, de Florestan Fernandes, publicada no ano de 1975. Partimos da hipótese da atualidade do conceito de autocracia burguesa para a problematização sobre o caráter da democracia no Brasil, pois a partir dele podemos acessar as múltiplas determinações imbricadas no dilema da dominação burguesa no Brasil. Subjacente a essa hipótese está a de que as potencialidades explicativas das contribuições sobre o caráter autocrático da dominação burguesa nos países de capitalismo dependente são intensificadas com o recrudescimento da crise estrutural do sistema do capital.

A escolha dessa obra, como já colocado por David Maciel (2010, p. 104), deu-se, em suma, porque nela:

(...) Florestan Fernandes revelou o conteúdo autocrático do processo de transição política que então se iniciava colocando-se ainda frontalmente contra o ardil politicista utilizado pelo governo militar para reformar a autocracia burguesa por meio da transição “lenta, gradual e segura”.

Bem como por sua centralidade na produção do autor, onde se concentram suas reflexões originais. E, por outro lado, por sua relevância na história da Sociologia no

Brasil, sendo reconhecida como um dos maiores esforços de interpretação da formação social brasileira.

Essa pesquisa se insere no campo metodológico que se pauta pela necessidade de entender o “objeto de estudo” em articulação com a sua existência social, em sua historicidade, bem como com a perspectiva de apreendê-lo em sua *força interna*. Assim, a obra *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* é aqui entendida no seu vínculo inseparável com as preocupações políticas que o seu contexto inaugurava. Tais preocupações encontram seus correspondentes teóricos que irão estruturar as discussões do livro. As questões ali colocadas permitirão abrir caminhos para a orientação prática ou, como coloca Netto (1982, p. X) ao se referir à obra de Lênin, para uma “intervenção política cientificamente dirigida”, elucidada no momento em que se definem os limites históricos e estruturais da dominação burguesa no Brasil que já aponta para a *revolução contra a ordem* e seus principais agentes.

Três partes estruturam esta pesquisa, cada qual com o seguinte objetivo específico. O primeiro capítulo se dedicará a expor um levantamento dos elementos da trajetória intelectual-militante de Florestan Fernandes que incidem nas reflexões presentes na obra aqui analisada, com foco no seu percurso teórico-metodológico. No segundo capítulo, apresentaremos alguns aspectos do contexto em que a obra foi escrita, bem como das questões políticas que atingem centralmente o seu autor nesse momento e algumas das polêmicas nas interpretações de *A Revolução Burguesa no Brasil*. O capítulo irá se concentrar em expor uma leitura da compreensão teórica do autor referente ao processo de consolidação da Revolução Burguesa no Brasil e seus antecedentes, ou seja, as determinações advindas do regime escravocrata-colonial e do tipo de relações estabelecidas com os países de economia central, a formação da *ordem social competitiva* e os condicionantes da forma específica de Revolução Burguesa empreendida no Brasil. Por fim, no terceiro capítulo desta pesquisa, a análise terá como foco a compreensão de Florestan Fernandes sobre o Estado no capitalismo dependente e as formas que a autocracia burguesa assume na processualidade histórica brasileira.

## 1. VIDA E OBRA DE FLORESTAN FERNANDES: socialismo e sociologia

Um intenso debate permeia as análises da vida e obra de Florestan Fernandes: as considerações quanto aos possíveis conflitos entre sua formação como sociólogo e sua posição política assentada no socialismo.

A formação do Florestan sociólogo não é possível de ser entendida sem a consideração da formação do Florestan socialista. Ambas se confundem, mas, ao contrário do que pode se deduzir, o Florestan socialista não se forma a partir da vida acadêmica. Nos seus registros, o primeiro contato que teve com tal ideário foi através do cunhado de um colega de trabalho do Novoterápica (laboratório onde passou a trabalhar por intermédio de um freguês do bar onde até então era garçom). Tratava-se de Mário Piana, com quem discutia o socialismo e a sociedade brasileira, o qual levava Florestan a “saltar de uma leitura confusa de certos livros elementares de propaganda socialista para o significado do movimento socialista como força social e política.” (FERNANDES, 1976a, p. 151).

Desenvolve posteriormente uma militância política no Partido Socialista Revolucionário (PSR), através de Hermínio Sacchetta, jornalista e fundador do Partido, seu grande amigo que conhece quando já era estudante de Sociologia, entre os anos de 1942 e 1943. Através de Sacchetta, na época jornalista do *Folha da Manhã*, torna-se também o publicista que iria publicar posteriormente nos principais jornais do país. Em 1946, traduz *A Crítica da Economia Política*, para a qual escreve um prefácio onde já se observa o rigor e comprometimento do sociólogo e socialista ainda aos seus 24 anos, enquanto cursa a pós-graduação em Ciências Sociais, quando desenvolve seu estudo sobre a organização social dos Tupinambás. A magnitude da missão que assume nos seus estudos acadêmicos o faz afastar-se gradualmente das atividades políticas, com a ausência que passa a ser frequente nas reuniões da sua célula, Sacchetta o chama para uma conversa na qual orienta Florestan a se dedicar aos trabalhos de pesquisa, ajudando ao movimento socialista por outros meios. Sacchetta, com o entendimento que demonstra ter da importância do desenvolvimento teórico à luta prática quando orientado pela transformação social, ajuda a deixar Florestan tranquilo para desatar esse nó imposto, momentaneamente, a ele entre a militância política e a vida

acadêmica (CERQUEIRA, 2004). Florestan, em entrevista concedida em 1975<sup>5</sup>, irá declarar mais uma vez a sua insatisfação em ter tido que optar em priorizar um ou outro espaço de atuação. Ao seu ver, porém, chegou a esse dilema por conta da própria inexistência de um movimento socialista suficientemente forte para aproveitar as contribuições de um sociólogo socialista. E mesmo diante disso, o que ficará claro ao longo de toda trajetória de Florestan é que este nunca estabeleceu uma separação entre esses dois âmbitos de atuação, pelo contrário, fortaleceu a relação de reciprocidade existente entre ambos. Segundo ele:

Muitas vezes, quem vê de fora a minha carreira, fica com a impressão de que eu privilegiei a ciência contra o socialismo. É claro que isto não aconteceu. Se se levar em conta que traduzi Marx no início de minha carreira ou que, como estudante, já estava engolfado no movimento socialista clandestino percebe-se melhor quais eram as minhas intenções. A cisão ocorreu, em grande parte porque não havia um movimento socialista capaz de aproveitar os intelectuais no meio brasileiro de uma maneira mais consistente. (FERNANDES, 1975, p. 43)

A identificação com o socialismo não está clara nos seus primeiros trabalhos, com exceção da tradução acima referida. Confessa que se tivesse tal movimento socialista forte, os seus temas de pesquisa teriam sido outros. Muitos deles escolhidos de forma acidental, “para não dizer oportunista”, como ele mesmo coloca. Porém, não sem explicação, as condições muito estreitas que a Universidade dava ao pesquisador, limitava a própria escolha dos temas. Além disso, outra preocupação para um sociólogo em formação que não vem de nenhum “círculo” de intelectuais, um “desenraizado”<sup>6</sup>, como ele se colocava. Porém, por não estar clara, não quer dizer que tal identificação não esteja contida desde o início. Defende que em sua obra *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* (1960), embora “muito impregnado de uma metodologia científica „positivista” ou „naturalista”. (...) o eixo do trabalho foi a ampla influência de Marx!” (FERNANDES, 1975, p. 45). Mas, estende sua colocação para os anos anteriores, uma influência que já estaria presente desde os trabalhos primeiros. Como enfatiza:

<sup>5</sup> FERNANDES, Florestan. Sobre o trabalho teórico. *Trans/formação*, v.2, 1975, pp. 5-86. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31731975000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731975000100001)>. Acesso em: 16/07/2014.

<sup>6</sup> “Eu sou um desenraizado. (...) Por sorte, encontrei pessoas com as quais eu podia conversar; fui formando a minha biblioteca e tinha uma pseudo-erudição em várias áreas. Mas eu era um desenraizado e não me vinculava a nenhum grupo intelectual em São Paulo.” (FERNANDES, 1975, p. 19).

Poderão objetar-me que essa orientação crítica e militante não aparece de maneira tão clara nos escritos que vão de 1942 a 1960. Pediria a esses leitores que procurassem ler melhor o que escrevi e ver se, por trás de um aparente empírico-criticismo ou de um sociologismo „experimentalista”, não havia uma firme intenção que cresce aos poucos, na medida em que abria espaço para defrontar-me com as inibições de uma sociedade tão opressiva e repressiva quanto a brasileira. Não pude ligar a minha condição de socialista com a minha condição de sociólogo. Todavia, isso era algo que transcendia às possibilidades de uma „sociologia científica” que era aceita, pelos donos do poder, em termos de um sociologismo positivista mal compreendido. O que importa, no caso, é a projeção de minha vontade e o elemento subjetivo intrínseco às intenções que transmitia, implícita e explicitamente, pelas quais enquadrava a sociologia dentro de uma posição materialista especificamente engelsiana e a comprometia com o confronto com a sociedade – com o desmoronamento da civilização industrial capitalista, no que me ligava a Rosa de Luxemburgo de *Reforma ou Revolução?* O amplo uso que fiz de Mannheim sugerem as fronteiras não declaradas de um incorformismo que incorporei à sociologia (e que, portanto, nunca foi externo àquilo que poderia designar como a *minha prática sociológica*). (FERNANDES, 1976a, p. 140-141, grifos do autor).

Em outra passagem sobre o mesmo assunto, Florestan comenta: “Mannheim, em particular, foi muito importante; ele era chamado, na Alemanha, um socialista róseo” (Idem, 1975, p. 13). Róseo, mas socialista, e parece ser essa última a condição que Florestan procura ressaltar: a necessidade do socialismo estar presente na universidade, e assim, de um socialista aceito nos “círculos intelectuais”<sup>7</sup>. Um pouco do que ele também procurava, reconhecimento como sociólogo num meio dominado pela concepção positivista de ciência.

Sua sólida formação no campo das correntes sociológicas, seus métodos e a missão que Florestan toma dos cientistas sociais que chegam ao Brasil para lecionar no primeiro curso de Ciências Sociais do país, como Roger Bastide, garantem seu importante papel em consolidar a Sociologia como ciência empírica e, missão que constrói com imenso talento, em aplicá-la à análise da realidade social brasileira. Assim como coloca Maria Arminda do Nascimento Arruda<sup>8</sup> (2010, p. 11),

Nenhum dos seus contemporâneos identificou-se, como ele, com a missão de edificar as bases científicas da sociologia no Brasil; tampouco a nenhum da sua geração pôde-se atribuir papel de tal proeminência no campo da teoria,

<sup>7</sup> Para essa questão conferir: BARÃO, Gilcilene de Oliveira D. **As contribuições educacionais de Florestan Fernandes**: o debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria revolução. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Tese de Doutorado, 2008.

<sup>8</sup> Maria Arminda do Nascimento é professora titular do Departamento de Sociologia da USP. Tem parte de sua produção dedicada à análise da obra de Florestan Fernandes.

da pesquisa sociológica, da atuação institucional e do entendimento da dimensão profissional do *métier*.

Esses mesmos aspectos fazem dele o “sociólogo-militante” de que falava, pois apreende desde sua formação científica inicial o papel que a mesma desempenha, em si, na sociedade. Portanto, não se trata de uma missão puramente no campo científico. O entendimento de Florestan quanto à ciência, clara desde os seus primeiros escritos, traz em si a intrínseca relação da mesma com a sua aplicação, ou seja, da teoria e prática. Em texto de 1946, *Introdução a Contribuição à crítica da Economia Política (Karl Marx)*, reconhece que a ciência da sociedade nasce com uma necessidade de ação (dominar o mundo social, ordená-lo, planejá-lo), mas que muitas teorias acabam por se explicar apenas teoricamente: “tem-se o direito de perguntar a que espécie de aplicação aspiram e que eficiência prática pode ter uma teoria cuja prova é sempre ministrada teoricamente”. (Fernandes, 1946, in CARDOSO, 1996, p. 93). Em sua concepção de ciência, a mesma não possui autonomia com relação à realidade social, pelo contrário, sua dinâmica está condicionada por ela ao mesmo tempo em que pode também ser instrumento de mudança social.

Dentre os clássicos, se há dúvidas quanto à sua orientação determinante, na concepção de ciência deixa claro que sua opção é guiada pela obra de Karl Marx. Segundo Mirian Limoeiro Cardoso,

Sua posição já era, no começo da sua produção, e continuou sendo, de que a ciência (invariavelmente pensada por ele na sua especificidade enquanto trabalho sistemático, indissociável dos controles teórico e experimental) e a história estão sempre conjugadas: a ciência enquanto produto histórico (situada no desenvolvimento histórico desta ciência e parte do momento histórico da sociedade em que se produz) e também enquanto portadora da possibilidade de intervir na história (por meio das suas descobertas e explicações de níveis particularmente importantes para essa história real). (1996, p.97).

Florestan não romperá com essa concepção, pelo contrário, a aprimorará ao longo de sua trajetória ao constituir uma sólida formação que o impede de cair nas armadilhas de análises superficiais e equivocadas do ponto de vista teórico-metodológico e transformará suas pesquisas em tratados de orientação política. Se no início de sua carreira a escolha de seus objetos não era pautada diretamente por objetivos sociais e políticos, no decorrer da pesquisa assim os convertia. Já nos

anos seguintes à sua formação inicial, principalmente depois que assume a cadeira de Sociologia I, passa a ter maior liberdade para a escolha dos temas e fica cada vez mais clara a relação entre interesses teórico-metodológicos e político-sociais. Sempre estará presente em seu trabalho teórico a necessidade de entender e tornar visíveis as formas de vida dos despossuídos. Segundo Fernando Henrique Cardoso, “ele dedicou boa parte de sua obra de juventude à análise do folclore, ele conhecia muito o folclore, porque ele tinha interesse pela memória popular, e nos fazia participar deste mesmo interesse.” (2014, p. 73). O porque, apontado aqui por Cardoso, reafirma a preocupação de Florestan com os “de baixo” desde seus primeiros textos e pesquisas.

Comentando sobre sua formação científica, Florestan levanta a importância de cada projeto de pesquisa como parte do processo de definição teórico-metodológica e política-social que o levará às suas elaborações finais. Os primeiros estudos sobre o folclore na cidade de São Paulo, no início da década de 1940, segundo ele, são feitos de maneira muito precária pela ausência de condições da Universidade, bem como por sua falta de experiência típica de um estudante do primeiro ano, mas cujo resultado supera tais limitações. Neles está presente o interesse e olhar de um paulistano formado no “submundo”, filho de imigrantes portugueses, que se criou nos bairros, cuja vida “fechava-se dentro de um círculo pobre” (FERNANDES, 1976a, p.146). Foi através dessa pesquisa também que Florestan estreita seus laços com Roger Bastide, que se torna seu principal orientador e ao qual substituirá na cadeira de Sociologia I. Em artigo sobre esse tema, José Cesar Gnaccarini (1987) ressalta os elementos inovadores da contribuição de Florestan à análise do folclore, seja estritamente no campo da análise sociológica, à qual é inegável o seu valor, representando “verdadeiro tratado sobre o folclore do ponto de vista específico de um cientista social” (p. 97); quanto ao seu grande significado para a produção em geral sobre o tema e por apontar críticas à perspectiva que dominava na época pelos folcloristas “amadores” que, conseqüentemente, incorriam em conclusões precipitadas e incoerentes com o sentido das práticas folclóricas no meio social. Para Gnaccarini, os elementos que já coloca Florestan, embora em estudos iniciais na sua formação, abre caminhos para uma análise crítica do folclore realçando seu papel na reprodução de uma sociabilidade opressora, que coloca as camadas populares no lugar ditado pelas

classes dominantes. Nesse sentido, revelam-se em seus estudos, desde o início, elementos como a discriminação com o negro e o índio, transmitindo aos indivíduos tais preconceitos e impedindo que os elementos advindos dessas culturas pudessem tornar-se visíveis e reconhecidos como tais. Em toda a análise, portanto, é possível identificar elementos como a alienação e a necessidade de identificar os sujeitos históricos das mudanças sociais que são também expressas nas práticas folclóricas.

Em particular, Florestan expressa o grande amor que dedicou a essas pesquisas, seja quanto às contribuições para a sua formação através da coleta de dados empreendida, mas também enquanto oportunidade de retornar a sua própria socialização nos bairros populares da mutante São Paulo. Apesar das dificuldades em empreender tal pesquisa, fez de sua vivência uma vantagem, por ser sua também a socialização que pesquisara. As contribuições da pesquisa ultrapassaram, dessa forma, as de cunho teórico-metodológico, pois consagram também a compreensão do próprio autor enquanto produto dessa rede de sujeitos ali presentes: “Os que não têm nada que dividir repartem com os outros as suas pessoas – o ponto de partida e de chegada da *filosofia de „folks“* dentro da qual organizei a minha primeira forma de sabedoria sobre o homem, a vida e o mundo.” (FERNANDES, 1976a, p. 144).

A seguir, outro importante projeto de pesquisa que realiza será sobre a extinta civilização Tupinambá. O projeto sobre *A organização social dos Tupinambás*, dissertação de mestrado defendida em 1947, chamou a atenção de seus professores e colegas pela ousadia da proposta, sendo referenciado por antropólogos de renome como Claude Lévi-Strauss. Propunha-se a pesquisar um objeto que já não existia, o que na época, entre os debates antropológicos, era considerado praticamente impossível. Pois provará o contrário, baseando-se em relatos e documentos dos cronistas da época, num exercício de reconstrução histórica, quando a crítica a ele enquanto método de pesquisa estava a todo vapor. Porém, não convencido, Florestan reage: “É claro que aquela documentação é limitada, uma documentação distorcida, mas ela tem valor.” (FERNANDES, 1975, p. 47). É por essa atitude investigativa que se tem hoje uma explicação e algum conhecimento sobre o modo de vida e organização social de um povo que sofreu as consequências da natureza da invasão europeia. Casados, portanto, estão os

objetivos teórico-metodológicos e as necessidades históricas de um militante que, nessa obra, como nas demais:

Desvenda seu profundo sentimento de justiça social na escolha do tema, dando a palavra a um povo banido cruelmente de nossa história, reavivando em nossas memórias, ávidas de esquecimento, a tragédia da ocupação da terra. Manifesta, ainda, sua profunda humanidade, presente em todas as suas obras, pela empatia que estabelece com o agrupamento humano estudado e pela profunda objetividade que impõe ao esforço de compreensão. (RENNER, 1987, p. 106).

Juntos, os estudos sobre o folclore na cidade de São Paulo e a civilização Tupinambá conformam o momento de preparação do cientista social na aplicação dos instrumentos específicos do ofício, bem como a elaboração teórica que dela advém. Se, com o segundo trabalho sobre os Tupinambás, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, o qual lhe confere o título de doutor em Ciências Sociais, publicado pela primeira vez em 1952, Florestan “enfrenta o trabalho teórico propriamente dito” (FERNANDES, 1975, p. 46), ele encerra também, em sua avaliação, a sua iniciação como cientista social.

Outro importante eixo de pesquisas que empreendeu, diz respeito aos estudos sobre a condição dos negros no Brasil. Estes ganharão maior ênfase no final da década de 1940, quando da pesquisa com Roger Bastide que resultará na obra *Negros e Brancos em São Paulo*, cuja primeira publicação data de 1953, em versão prévia, na Revista Anhembi. No entanto, tal questão está presente em toda a sua obra, desde as pesquisas sobre o folclore que, como foi colocado, já despontava na forma do preconceito racial e dos estereótipos com relação ao negro presentes nas práticas folclóricas observadas por Florestan. E seguirá nas obras posteriores, sendo lapidada até chegar à obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, publicada primeiramente em 1964.

Novamente, suas pesquisas marcam rupturas com as análises dominantes do momento e contribuem para definir o papel da Sociologia na sociedade brasileira. Enquanto o debate hegemônico localizava-se no campo da cultura, Florestan o desloca para o campo da organização social e critica a redução, observada em muitos destes estudos, da dinâmica macrossocial da sociedade - caracteriza por ele como escravista/estamental - à microssocial da fazenda e do engenho. As análises até então apontavam para a convivência em harmonia entre as raças existentes no Brasil (BASTOS, 1987). Tese muito difundida, principalmente, com as obras de

Gilberto Freyre, em especial *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933. Com suas investigações, Florestan refuta tal tese e dá também respostas às possibilidades de superação de tal condição. Isso se torna possível ao abrir caminho para uma nova interpretação da condição do negro no Brasil, ancorada na análise articulada entre estrutura e história de uma sociedade que tem seu nascimento para o Ocidente marcado pelo trabalho escravo. Dessa forma traça, portanto, novas rotas alternativas para o destino da sociedade brasileira considerando aquele segmento do seu povo testemunho da origem de toda riqueza (nunca dividida) existente.

É com a obra *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), que Florestan marca o início dos seus estudos dedicados ao significado da dominação burguesa. Através do estudo da condição do negro no Brasil o autor irá também descortinar, dessa vez em primeiro plano, os elementos de tal dominação (BARÃO, 2006). Suas obras publicadas nos anos seguintes, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975)<sup>9</sup>, irão se dedicar centralmente aos aspectos da dominação burguesa em sua especificidade brasileira e o amplo quadro conceitual que a situa histórica e socialmente. Florestan, porém, em entrevista, coloca como fato definidor desse foco de análise a formação do grupo de sociólogos<sup>10</sup> que agregou assim que substituiu Roger Bastide assumindo a cadeira de Sociologia I, em 1954.

Várias são as passagens em que Florestan relaciona sua vida e primeiras “socializações” com as descobertas através da pesquisa com Bastide sobre os negros. As dificuldades de um “lumpen-proletariado” (como classifica sua condição), o comportamento destes em manter-se e manter uns aos outros dentro de um “círculo de ferro” que cultua a ignorância e naturaliza a *sina* de todos. Em suas palavras:

O impacto que eu recebi no estudo do negro não foi brincadeira. Estabeleceu-se uma base de identificação psicológica profunda, em parte por causa do

<sup>9</sup> Cada obra engloba textos escritos em datas diferentes, mas muito próximas. A primeira, textos entre 1964 e 1967; a segunda, entre 1969 e 1971; já a terceira, *A Revolução Burguesa no Brasil*, como já colocado, tem suas duas primeiras partes escritas em 1966, e a terceira retomada em 1973, portanto o seu processo de elaboração perpassa, de alguma forma, o das obras anteriores.

<sup>10</sup> O grupo era constituído, entre outros, por Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Luiz Pereira, Maria Sylvia Carvalho Franco, Leôncio Martins Rodrigues Netto, José de Souza Martins, Gabriel Cohn, José Cesar A. Gnaccarini, José Carlos Pereira e Marialice Mancarini Foracchi, aos quais, por esse motivo, é dedicada a obra *A Revolução Burguesa no Brasil*. Assim como Paul Singer.

meu passado, em parte por causa da minha experiência socialista prévia, em parte porque, graças à origem que tenho – descendo de uma família de imigrantes portugueses que se destroçou em São Paulo –, provavelmente tudo isso não apareceria e eu seria o típico sociólogo profissional „neuro“, „seco“ e „impecável“. Porém, dada a minha história de vida, eu era a pessoa para fazer aquela pesquisa e aproveitar a oportunidade que ela oferecia de amadurecer o sociólogo como cientista e ser humano. (FERNANDES, 1975, p. 52).

A questão do negro tem valor central na obra desse sociólogo, por ele mesmo confirmada: “Se se procede a uma avaliação global, de todos os temas que e tratei, aquele que me engrandeceu mais, do meu ponto de vista, foi o estudo do negro.” (FERNANDES, *op. cit.*, p.50). Além do sentido pessoal, também, e principalmente, no sentido analítico: a condição do negro na sociedade brasileira evidencia os elementos de dominação da classe dominante em suas transformações e manutenções ao longo dos períodos da história do país.

De modo geral, em seus estudos encontramos os setores marginalizados da sociedade brasileira: os já citados trabalhos sobre folclore, onde estão, por exemplo, as crianças de um bairro pobre de São Paulo através de suas brincadeiras (como *As trocinhas de Bom Retiro*, de 1948), os extintos tupinambás (obras de 1949 e 1952) e os negros, seja escravos ou assalariados, sempre à margem dos direitos (1959). O rigor com que maneja as teorias clássicas e constrói suas análises, desde os seus primeiros trabalhos, não é abandonado ao longo do seu processo de formação e engajamento político, como quiseram insinuar ou, diretamente, acusar a crítica conservadora à obra de Florestan Fernandes.

Foi através destes estudos iniciais que ele encontra e domina o substrato das suas elaborações posteriores:

Através do índio, ficara conhecendo o Brasil dos séculos XVI e XVII; através do negro teria de estudar relativamente a fundo o Brasil dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX. Pus o pensamento sociológico no âmago da sociedade „colonial“, „imperial“ e „republicana“, o que representou uma enorme vantagem em termos de aprendizagem ou de possibilidade de lidar comparativa e historicamente com os problemas de estratificação social e de evoluções de estruturas sociais. (FERNANDES, *op. cit.*, p. 51-52).

Com esse preparo, suas investigações na década de 1960 serão dedicadas à “teoria do desenvolvimento econômico nas nações capitalistas dependentes” (FERNANDES, 1975, p.17), desenvolvidas através do projeto *Economia e Sociedade no Brasil*. Embora, até a década de 1960, Florestan centrava a análise da

condição da inserção do Brasil no capitalismo internacional no conceito de “heteronomia”, o conceito de dependência já teria sido usado por ele em 1956, juntamente ao de “burguesia dependente” (*Ibidem*). As análises sobre o capitalismo dependente, porém, irão ficar claramente expostas a partir de meados da década de 1960. Porém, essas obras, para além de explicitar os elementos da dominação burguesa no Brasil, correspondem também ao posicionamento de defesa dos conceitos marxistas abandonados por setores da esquerda da época (BARÃO, 2006). Quando é possível identificar o risco que se corre com o fortalecimento das interpretações reformistas, que passavam a desconsiderar a centralidade da luta de classes e da revolução para a superação dos problemas sociais existentes, e colocar a ênfase nas esferas da *cidadania* e da *sociedade civil*, Florestan reafirma a convicção da necessidade de retomar as categorias centrais do núcleo teórico de Marx à luz dos elementos nevrálgicos do método materialista histórico-dialético.

Com o projeto *Economia e Sociedade*, Florestan dedica-se mais especificamente à análise da especificidade da revolução burguesa e a emergência da sociedade de classes no Brasil. Enquanto os estudos de caso ficaram a cargo de Paul Singer, a Florestan coube desenvolver os aspectos teóricos necessários para uma síntese de tais reflexões. São frutos desse contexto e trabalho os livros *Sociedade de Classes e Desenvolvimento* (publicado em 1968), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (de 1973) e *A Revolução Burguesa no Brasil*, cuja primeira publicação data de 1975.

Essas elaborações se dão paralelamente a sua participação política na defesa da educação pública, que ganha novos contornos e o projeta como *sociólogo-militante* em nível nacional. Trata-se da *Campanha de defesa da escola pública*, iniciada em 1960, em oposição ao substitutivo de projeto apresentado por Carlos Lacerda quando da discussão sobre a *Lei de Diretrizes e Bases* da educação pública. O projeto de Lacerda representava os interesses de grupos religiosos ligados ao ensino e da iniciativa privada, os quais claramente se opunham aos pilares que sustentam a educação pública. Organiza-se a *Campanha em defesa da escola pública*, a qual Florestan vem a compor posteriormente, quando irá percorrer incansavelmente várias regiões do país a convite dos movimentos sociais, com destaque para o movimento estudantil, e imprimir ao debate a análise marxista sobre

o papel estratégico da educação pública, participando de conferências, debates e outras atividades ligadas à Campanha.

A campanha possibilitou uma mudança de concepção de sociólogo e de seu papel profissional perante a sociedade. Isso possibilitado pela experiência em que Florestan se vê, depois de hesitar em participar, contribuindo com elaborações próprias do ofício do sociólogo à questão da educação no Brasil:

Como sociólogo, podem perguntar-me, tive algum proveito? É claro. Primeiro, como intelectual na medida em que saí do isolamento. Para mim foi a possibilidade de descobrir as verdadeiras dimensões do papel que eu tinha ou poderia ter na sociedade brasileira – fato que não percebera antes tão bem como agora. Até esta época, eu ficara preso nas malhas da profissionalização do sociólogo. (FERNANDES, 1975, p. 34-35)

Os desdobramentos à carreira de um intelectual que ousa se posicionar foram aproveitados na sua leitura da realidade social. Ao atuar em defesa da escola pública, Florestan teve a possibilidade de, frente a frente, observar a natureza do poder conservador do país. Além disso, segundo ele: “A polarização radical de minha posição exigia das pessoas que me antagonizam que evidenciasse, até ao fundo, a natureza imobilista, obscurantista e reacionária das pressões conservadoras.” (*Idem*, 1975, p. 35). Florestan rompia, para si e para com muitos dos seus pares, a conservadora sentença de que um cientista que se envolve com o seu objeto de pesquisa coloca em risco a objetividade de suas análises. O isolamento do sociólogo é algo a ser combatido nessa concepção de sociólogo formada por Florestan, ficaria cada vez mais evidente que o seu contrário só beneficia ao projeto de universidade das classes dominantes.

Com certeza, sua intensa participação na *Campanha em defesa da escola pública* esteve entre os principais motivos que o levaram à lista dos professores da USP a serem perseguidos pela ditadura que se iniciou a partir de 1964. O golpe incide diretamente sobre a fusão sempre buscada por Florestan entre o sociólogo e o socialista, que a Universidade, até aquele momento, ainda era capaz de comportar. Porém, com o recrudescimento do regime militar, o incômodo que sua presença causava não será mais tolerável e culmina com a retirada do direito de exercer seu ofício na universidade que o escolheu como professor e pesquisador, a USP, da qual é afastado no ano de 1969 por meio da aposentadoria compulsória decretada pelo governo militar.

É consenso entre os estudiosos da obra de Florestan Fernandes da importância que teve esse momento em sua obra. Bárbara Freitag (1987), por exemplo, considera esse momento como o divisor de águas entre sua fase *acadêmica-reformista* e a *política-revolucionária*. No presente trabalho não são adotadas caracterizações como essa, que buscam delimitar fases rígidas na obra e vida do autor, pois em sua maioria reforçam (e outras forçam) mais as rupturas que as continuidades do seu trabalho, o que não colabora ao entendimento da construção e trajetória da teoria do autor. Além disso, outras análises negam a existência de um Florestan *reformista* e destacam o caráter socialista subjacente às suas preocupações desde o início de sua carreira (BARÃO, 2008; NETTO, 1987). Aqui entendemos que a aposentadoria compulsória de Florestan Fernandes é parte de um processo maior de repressão, iniciado em décadas anteriores, à militância política do autor. Segundo Lidiane Soares Rodrigues (2006, p.33),

*os relatórios da Divisão de Informação do Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) dão indícios de que as atividades de Florestan Fernandes eram muito bem monitoradas. O acompanhamento remonta à década de 40, intensifica-se nos anos 60, e conta com relato quase diário na década de 70 – pois o curso dado no campus da USP em 1979, sobre a revolução cubana contou com um pseudo-aluno, cujas anotações podem ser encontradas atualmente no Arquivo do Estado de São Paulo, consultando-se o prontuário de Florestan Fernandes.*

Podemos atribuir a esse evento a responsabilidade por exigir do autor uma mudança de atuação provocada a partir da perda da sua condição *institucional* (RODRIGUES, 2006). Porém, não teria sido responsável, pelo menos isoladamente, por uma mudança significativa de compreensão teórica e política da sociedade brasileira. Pois esta já estava em curso desde o início de sua formação intelectual.

A dura batalha travada pelo sociólogo e socialista militante, como ele mesmo se identificava, se estenderia pelo longo da sua vida. No *Prefácio à Segunda Edição* de *A Revolução Burguesa no Brasil*, escrito em março de 1976 e publicado no mesmo ano, Florestan retoma esse assunto ao tratar das críticas que recebeu pela obra. Afinal de contas, não é a primeira vez que um intelectual claramente identificado com o marxismo e o socialismo é questionado quanto à validade de suas análises. Uma parte delas, como exposto em tal prefácio, se dirige à posição política socialista do autor que se evidencia no transcorrer da obra. No texto *Sociologia e Socialismo*, publicado no semanário *Opinião*, em 20 de junho de

1975<sup>11</sup>, e citado nesse prefácio pelo próprio autor, ele se dedica a contrapor-se aos argumentos falaciosos que colocam como perigosa e problemática à ciência a sua vinculação com um projeto de sociedade, no caso, o socialismo.

Em tal situação, ao contrário do que afirmam os corifeus de uma pretendida „neutralidade científica“, é impossível (e também indesejável e improdutivo) separar a investigação sociológica do movimento socialista, isolando a sociologia do socialismo. A realidade impõe que ambos avancem interligados, influenciando-se de maneira permanente, profunda e fecunda. Na verdade, pode-se ser sociólogo sem ser, ao mesmo tempo, socialista; e, reciprocamente, o movimento socialista pode passar fora e acima da investigação sociológica institucionalizada. No entanto, a análise e a explicação sociológica dos grandes processos históricos de nossa era não só têm de levar em conta as premissas teóricas e as consequências práticas do socialismo. Elas precisam se abrir, para serem completas e contarem alguma perspectiva, para os vários aspectos do desmoronamento e da construção do socialismo, seja como „dados empíricos“, seja como elemento da estrutura do horizonte intelectual do sujeito-investigador (o que pressupõe não só uma metodologia especial mas, também, uma atitude ou orientação política). Além disso, tendo-se em vista a complexa resistência do capitalismo monopolista e do Estado capitalista moderno ao desmoronamento e à transição socialista, hoje nem o „socialismo reformista“ nem o „socialismo revolucionário“ podem prescindir das contribuições da investigação sociológica, resulte ela de uma produção improvisada do „publicista“ e do *intelectual de partido* ou da colaboração do sociólogo profissional engajado. (1976a, p.254 – grifos originais).

Florestan resiste aos ataques que insistem em condenar a vinculação entre ciência e ideologia. Em outra passagem de seus escritos, em 1978, ao tratar da publicação do livro *A natureza sociológica da sociologia*, coloca:

Há muito tempo namoro a ideia de fazer uma autêntica análise sociológica da sociologia e de uma perspectiva que vá além da chamada „sociologia crítica“ (com um nível de engajamento que a *nova esquerda* e a „sociologia marxista“ demonstraram, na década de 60 e no início da década de 70). Para muitos, isso equivale a estabelecer uma relação direta entre ideologia, ciência e atividade didática, que seria, em si mesma, condenável. Penso o contrário: dentro de uma „boa“ *universidade*, o estudante recebe diversos tipos de cursos e com impregnação ideológica muito variável. Desempenhei as minhas tarefas nos limites de minha posição política e de minha orientação socialista, deixando escrupulosamente essa condição muito clara, desde a primeira aula até a última. De outro lado, o estudante não é um „recipiente vazio“. Ele é um ser humano maduro e crítico. Pode compartilhar ou rejeitar o que lhe é oferecido nas salas de aula: um ensino totalmente livre e democrático não deve, portanto, fechar-se sobre a „neutralidade institucional“, que só é *neutra* do ponto de vista da irradiação das ideias e das ideologias consagradas pelas estruturas de dominação vigentes. (1980, p. 9-10)

---

<sup>11</sup> Publicado no número 137 do semanário *Opinião* com o título *Tirando o socialismo de quarentena* que, posteriormente, veio a fazer parte da coletânea de textos seus publicados em *A sociologia no Brasil* (1976a) e *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos* (1995a).

Tanto a pretensa “neutralidade científica” quanto a “neutralidade institucional”, apresentam-se para Florestan como farsas ainda mais carregadas de ideologias, porém que não se identificam como tais, ou seja, como ideologias das classes dominantes.

A defesa da postura militante do sociólogo e, portanto, o combate à ideia de “neutralidade” aplicada à ciência, irão se ancorar no que havia de mais avançado na produção teórica existente e na sua recuperação sempre crítica. Em suma, segundo Octavio Ianni (2004), Florestan nessa trajetória se nutre de cinco fontes principais: a **Sociologia clássica e moderna**: pautado pelo objetivo fundante de sua obra, a análise da realidade social, estabelece um diálogo constante, aberto e crítico com os sociólogos clássicos e modernos; o **pensamento marxista**: diálogo sempre presente entre os clássicos do pensamento marxista, como Lenin, Gramsci, Trotsky e, claro, o próprio Marx e Engels e que se intensifica ao longo de sua carreira, desde sua tradução, feita em 1946, de *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx; o **pensamento crítico brasileiro** de autores como Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manoel Bomfim, Astrojildo Pereira e Caio Prado Júnior presentes, direta ou indiretamente, nas suas obras e com as teses deles estabelece debates sobre a condição de vida do povo e a especificidade da formação social brasileira; os **desafios da época**: desde os de 1940, começando pela urbanização, industrialização, governos e regimes políticos, até os anos finais de sua vida, que sempre esteve intimamente envolvida com as questões mais latentes da vida nacional e em sua relação com a conjuntura internacional; a **presença das classes despossuídas e sua condição**: são eles o negro, escravo e livre, o índio, o imigrante, o trabalhador. Ao estudá-los, Florestan inverte a ótica de análise da história social brasileira: é a partir dos “de baixo” e seus dilemas práticos que irá desenvolver suas análises da realidade brasileira e suas possibilidades de transformação social.

Estes elementos terão reflexos permanentes na obra de Florestan Fernandes e, ao longo de sua produção, reafirmam-se, tendo como marco principal *A Revolução Burguesa no Brasil*.

A produção teórica contida em *A Revolução Burguesa no Brasil*, bem como a produção posterior a meados da década de 1960, vai dedicar-se à análise da dominação burguesa no Brasil e da forma de inserção do país no capitalismo

monopolista, assumindo a forma de “capitalismo dependente”, conceito por ele cunhado. No contexto anterior a ela, década de 1950 e início dos anos 1960, a ideologia do desenvolvimentismo domina o debate político no Brasil, como coloca Miriam Limoeiro Cardoso: “desde suas concepções relativamente mais democráticas, sob Juscelino Kubitschek, até as mais autoritárias, sob a ditadura instalada pelo golpe de 1964.” (1996, p. 101). Florestan nesse livro concentra seu posicionamento teórico-metodológico e político-social perante a esse debate e tem como sentido essencial, segundo seu próprio autor, a *recaptação de uma teoria* em defesa da retomada de categorias como *revolução, dominação burguesa e luta de classes* que, ao tratar da transição para o capitalismo industrial nas nações periféricas, como o Brasil, haviam sido substituídas indiscriminadamente pelas noções de *elites e modernização* (BARÃO, 2006).

## 2. REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL E CAPITALISMO DEPENDENTE: A INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA DE FLORESTAN FERNANDES

### 2.1. Sobre a obra *A Revolução Burguesa no Brasil*: questões preliminares

Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, publicada em 1975, Florestan se coloca em debate aberto com as principais interpretações existentes sobre a formação social brasileira. A que merece destaque é a de Caio Prado Júnior, suas obras estão entre as principais referências do pensamento crítico no Brasil. Nos termos colocados por Ricardo Antunes (2011), Caio Prado teria se dedicado a estudar o Brasil nos meandros da *particularidade* de sua formação histórico-social; já Florestan, aos estudos que tem como centralidade a *revolução burguesa*<sup>12</sup> no Brasil e as vicissitudes da dominação burguesa.

Carlos Nelson Coutinho, em texto que trata das diferenças entre a análise de Caio Prado Júnior e de Florestan Fernandes, defende que, embora ambas as interpretações sejam ancoradas no marxismo, as do último, contidas essencialmente em *A Revolução Burguesa no Brasil*, superam a do primeiro no domínio das categorias e do método marxiano. Ambas partem da crítica à análise hegemônica no PCB da época, que entendia o Brasil como país “atrasado” e semifeudal, cuja burguesia seria capaz de incorporar um projeto nacionalista e, portanto, ser aliada contra a dominação imperialista. Tal orientação origina-se da análise da III Internacional, no seu VI Congresso em 1928. Florestan e Caio Prado são companheiros no combate a essa tese que por anos irá orientar o movimento comunista do país. Ambos defendem que o Brasil já tinha sua revolução burguesa, porém não nos moldes clássicos e é nesse ponto que eles fazem sua grande contribuição tecendo análises completamente originais sobre a formação social brasileira, em bases marxistas.

Na obra de Florestan Fernandes muitas são as referências, quase sempre indiretas, às contribuições de Caio Prado, com quem dialoga constantemente. Por vezes reafirmando-as, por outras, contrariando-as, como na polêmica sobre o caráter do regime colonial no Brasil.

---

<sup>12</sup> Os grifos foram mantidos assim como estão na obra de Antunes.

Segundo Caio Prado Júnior, tal regime, por ter sentido enquanto parte do circuito de acumulação capitalista europeia no Brasil, tem como imperativo a lógica capitalista. Já o autor de *A Revolução Burguesa no Brasil* defende que a ordem escravocrata-colonial, embora vinculada externamente às necessidades da acumulação capitalista e contendo “móveis capitalistas” em potencial, era impedida pelo estatuto colonial de operar por esta lógica, predominando a da *dominação patrimonialista*.

No entendimento de Coutinho<sup>13</sup>, *a Revolução Burguesa no Brasil* marca um momento de inflexão na obra do seu autor:

Florestan Fernandes insere-se entre esses poucos pensadores em cuja obra podemos encontrar uma "imagem do Brasil". Diria mesmo que o mais valioso de sua vasta produção teórica – que abordou com competência tantos e tão variados temas, da organização social dos tupinambás aos fundamentos metodológicos da sociologia, dos problemas do negro às mudanças sociais no Brasil, das questões da escola pública às vicissitudes da revolução cubana - é precisamente essa "imagem do Brasil" que ela nos fornece. Tal "imagem" nos é apresentada, sobretudo, em *A revolução burguesa no Brasil*, que eu não hesitaria em definir como a sua obra-prima, entre outras coisas pelo papel central que ocupa em sua produção teórica, na qual representa, de resto, um claro ponto de inflexão. Com efeito, embora Florestan retome nesse livro temas já abordados em obras anteriores, o faz em outro nível: trata-se do seu primeiro texto onde o marxismo é assumido *explicitamente* como ponto de vista metodológico. Essa centralidade de RBB se confirma, de resto, quando constatamos que as análises da sociedade e da vida política brasileiras presentes nas produções posteriores de Florestan, sobretudo nos livros de combate e nos muitos artigos jornalísticos que reuniu em várias coletâneas, inspiram-se indubitavelmente nas formulações já expostas no livro publicado em 1975.

Antes de mais nada, é preciso sublinhar o fato de que a "imagem do Brasil" proposta por Florestan é uma imagem marxista e, portanto, revolucionária. Se não é difícil apontar a presença hegemônica do método funcionalista nos primeiros trabalhos de nosso autor, é também indiscutível que o seu empenho teórico-metológico assume, sobretudo a partir de RBB, uma explícita e consciente dimensão marxista. Com isso, Florestan se insere numa tradição que se inicia com Octávio Brandão - o qual, malgrado suas evidentes debilidades teóricas, é o primeiro a tentar formular uma "imagem do Brasil" à luz do marxismo -, passa por Caio Prado Júnior e pelo Partido Comunista Brasileiro e chega até nossos dias. (COUTINHO, grifos nossos)

Florestan teve a oportunidade de escrever sobre seu antecessor marxista, com o título *Caio Prado Júnior: a rebelião moral*, além de homenagem é um reconhecimento e avaliação crítica - nas devidas proporções do texto - do conjunto da obra desse pensador. Nesse texto, Florestan se coloca ao lado dele em termos de projeto intelectual e confessa que ambos partilhavam de análises ainda imaturas

<sup>13</sup> In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e "imagem do Brasil" em Florestan Fernandes**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv54.htm>>. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

do ponto de vista do marxismo, dando a entender que seriam próprias do estágio de desenvolvimento do emprego desse método à realidade brasileira: “Ainda carregamos limitações que somente uma dura e longa experiência no manejo do materialismo histórico convidaria a ultrapassar.” (FERNANDES, 1995b).

A obra *A revolução burguesa no Brasil* gerou em torno de seu significado interpretações repletas de controvérsias. Um dos motivos tem origem na divisão temporal que o livro abriga. Florestan Fernandes inicia o livro em 1966, e nesse ano escreve a sua primeira parte. O livro será retomado somente em 1973. O que hoje entendemos como uma pausa era, para seu autor, o fim de um ensaio que não se apresentava como prioridade na época. Como coloca Florestan:

Vários colegas leram a primeira parte, alguns demonstrando aceitar os meus pontos de vista, outros combatendo-os. Isso desanimou-me, levando-me a desistir do ensaio e a investir o tempo livre em atividades vinculadas ao ensino e ao movimento universitário (de 1967 a 1968). De 1969 a 1972 estive ocupado com os cursos que lecionei na Universidade de Toronto. Se trabalhei sobre o assunto, de uma perspectiva teórica e comparada, jamais sonhei em voltar a ele para terminar o livro. (1976, p.3).

Florestan Fernandes é convencido a retomar o ensaio e assim concluir a última parte do livro. Uma interrupção de sete anos se faz presente no livro e, não sem razão, coloca-se para muitos dos intérpretes da obra como a origem de uma suposta mudança de referencial teórico presente nas diferentes partes.

O espaço de tempo presente na obra, porém, por si só, não é motivo para dividi-la teoricamente, bem como nenhuma outra. No caso de *A revolução burguesa no Brasil*, o que essencialmente está presente é uma mudança de objetivos políticos que correspondiam a cada época em questão. Em suas palavras, presentes na *Nota Explicativa* do livro, escritas em 1974: “Trata-se de um ensaio livre, que não poderia escrever, se não fosse sociólogo. Mas que põe em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante”. (*Idem*, p. 3-4). Como coloca José de Souza Martins, no *Prefácio à quinta edição* da obra:

O livro foi escrito em duas etapas, materialização de um curso de graduação para alunos de Ciências Sociais da USP, de 1966. Na primeira etapa, logo após o golpe, ninguém acreditava na durabilidade da ditadura. (...) O livro ainda é, nessa fase, uma reflexão sobre os arcaísmos que limitavam o futuro do país, que restringiam o âmbito de suas possibilidades históricas, que contaminavam as forças da modernização. Mas a segunda etapa da redação do livro, a retomada do texto abandonado nas desilusões e adversidades políticas da cassação e do afastamento de Florestan da

Universidade, é uma etapa em que as incógnitas do destino histórico do país já haviam sido reveladas, os rumos históricos da sociedade brasileira já haviam sofrido uma guinada para longe das previsões sociológicas e das esperanças políticas. De certo modo o país do futuro já não tinha futuro. O futuro estava ali como mísera repetição das referências estruturais de passado, maquiadas pelas cores postizas de uma modernidade relutante. (2005, p. 16).

A retomada do projeto do livro, antes de mais nada, corresponde a uma necessidade de dar respostas às questões abertas pela situação histórica, nesse caso, marcada drasticamente pela ditadura civil-militar, que tornava-se também, aos olhos de um sociólogo e socialista com o seu “estofo intelectual”<sup>14</sup>, uma chave explicativa das entranhas da formação do poder burguês no país. Concorre também que no espaço de tempo que separa as partes da obra, a própria processualidade histórica forneceu elementos capazes de explicar as questões ainda em aberto nas primeiras partes do livro.

Porém, essa demarcada divisão presente no livro não impediu que ambas as partes estivessem em estreita relação de complementaridade. Assim entendemos que na primeira parte do livro foram construídos os pilares da análise que será exposta nos capítulos finais, onde a obra já se colocará diante dos desafios históricos próprios de um capitalismo dependente em sua fase monopolista.

## 2.2. Antecedentes da Revolução Burguesa no Brasil: a herança colonial-escravocrata.

Na primeira parte de *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan demarca a intenção de efetivar uma investigação dentro de termos macrossociológicos. Nesse momento são tratadas as questões metodológicas e precisões conceituais que constituem os pilares de sua análise. Para isso, inicia desfazendo três dificuldades que identifica para tal empreendimento e reafirma o escopo conceitual que será o cerne de sua análise: 1) precisar a noção de “burguês” e “burguesia” correspondente à realidade social brasileira; 2) a defesa da “Revolução Burguesa” como fenômeno

---

<sup>14</sup> Expressão que utiliza ao referenciar-se à necessidade de dedicar-se num primeiro momento de sua carreira a criar as condições para o trabalho teórico no Brasil. Só assim seria possível criar uma sociologia original, própria para a realidade brasileira, pois “o sociólogo, se tiver estofo intelectual para tanto, acaba fazendo o que a situação histórica, por mais caótica que seja, exige dele.” (FERNANDES, 1975, p. 18).

estrutural também presente na realidade brasileira e, 3) os contornos próprios do processo histórico brasileiro assimilados a tal noção.

Ao tratar da primeira dificuldade, contraria duas teses muito difundidas quanto à formação social brasileira, correspondentes cada qual a noções de “burguês” e “burguesia” próprias. Trata-se, portanto, de negar a possibilidade do Brasil ter conhecido um passado feudal, ou semifeudal, ou, ainda, de ser o senhor de engenho agente humano também da economia capitalista. O determinante, segundo Florestan, é a dominância do regime escravocrata/colonial sobre qualquer forma econômica. É ele que determina e restringe a atuação do senhor de engenho à posição de “agente econômico especializado”, destinado a produzir riquezas para a apropriação da metrópole. O surgimento da burguesia se dá num novo patamar: seja como “agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna” ou como negociante, “não importando muito seu gênero de negócios” (FERNANDES, 2005, p. 34). No período colonial, a burguesia não tem as condições necessárias para organizar-se em forma de classe propriamente. Isso irá se concretizar somente com o processo de transformação inaugurado com a Independência.

Cruzam-se em sua análise elementos estamentais e de prestígio - categorias fundamentadas por Max Weber - na definição da burguesia dessa época. Difusa em meio à ordem colonial e ainda em germinação, a burguesia se vê atravessada por cortes que vão para além da sua posição na produção econômica vigente. Prestígio e riqueza não necessariamente andam juntos. Nesse período, mais que a riqueza, o que definia o prestígio era o peso da origem familiar, de acordo com o seu grau de “tradicionalidade”. A “burguesia”, até encontrar as condições para sua expansão após a Independência e o fim do jugo colonial - pelo menos diretamente -, permanece ainda dispersa e sem uma identificação entre si e terá como elemento aglutinador o que Florestan coloca em termos de “utopia”, no sentido atribuído por Karl Mannheim<sup>15</sup>. O que a reunia era a crítica antiescravista e abolicionista, mas combatia “não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado.” (*Idem*, 2005, p. 36).

---

<sup>15</sup> Para Mannheim, o conceito de “utopia” tem seu sentido em oposição ao de “ideologia”. Em linhas gerais, “utopia” é o conjunto de ideias com o papel de orientar para a ação transformadora da ordem existente. Já “ideologia” são ideias comprometidas com a manutenção da ordem e, cumprindo com esse papel, também contribuem para obscurecer a realidade. (MANNHEIM, 1976).

Florestan, não perde de vista o objetivo de desenvolver uma investigação *macrossociológica*, e ao longo do texto manifesta ponderações próprias desse posicionamento. Como já colocamos em capítulo anterior, o sociólogo em questão marca um período de consolidação da Sociologia no Brasil e num contexto em que internacionalmente as análises de cunho macro perdem espaço para a proliferação de estudos voltados para a apreensão da dinâmica microsocial.

No segundo ponto, problematiza a aplicação da categoria de Revolução Burguesa à realidade histórica brasileira e lida com a resistência a tal análise. Argumenta que as críticas são coerentes, porém a solução não é a negação à categoria de Revolução Burguesa no Brasil. Para Florestan, a categoria se submete aos postulados metodológicos. Assim, ao considerar que no Brasil houve também transformações sociais próprias de uma Revolução Burguesa, não significa que tenha sido nos mesmos moldes que aconteceram nos países europeus. Depurando-se os aspectos específicos da Revolução Burguesa em cada país, Florestan extrai o que teria de essencial no conceito e que pode ser observável na realidade histórica brasileira:

Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. (*Idem*, 2005, p. 37).

Tal conceito, portanto, assume o sentido de fenômeno estrutural, passível de ser encontrado em diferentes momentos históricos de acordo com cada país e moldado às suas condições históricas. Isso marca a diferença em considerá-lo como episódio histórico, restrito temporal e espacialmente aos países ou regiões onde se desenrolou de forma original. Posteriormente, na terceira parte do livro, Florestan irá colocar a dificuldade de determinar uma extensão temporal para um fenômeno desse caráter, que, acima de tudo, tem como marcos, tarefas e funções próprias à formação da sociedade burguesa. Nessa consideração, Florestan explicita a articulação presente em toda sua análise entre estrutura e história (IANNI, 2004):

Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do *poder burguês* e da *dominação burguesa*. A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemplo, contém

somente os germes desse poder e dessa dominação. (FERNANDES, 2005, p. 239)

O terceiro ponto que o autor problematiza corresponde à relação entre as condições objetivas e as condições subjetivas que devem ser consideradas numa investigação de cunho macrossociológica. Ao referir-se às condições subjetivas, em suas palavras, “os modos subjetivos de ser, pensar e agir socialmente”, Florestan se remete, tratando-se da Revolução Burguesa, ao *espírito burguês*, à *mentalidade pequeno-burguesa* e à *consciência operária* (*Idem*, 2005, p. 38). Os quais já existiam antes do capitalismo em si, mas que não pairavam sozinhos, como tais, precisavam de agentes humanos capazes de encarná-los. Nesse sentido, os senhores de engenho, agentes com potencialidades para empreender o “espírito do capitalismo”, viam-se restritos às funções delegadas pelo estatuto colonial, impedidos de desenvolver os “móveis capitalistas” existentes já nesse período. As condições objetivas impostas pela Colônia impediam o desenvolvimento das condições subjetivas - aqueles agentes que empreenderiam o projeto burguês -, numa relação dialética entre ambas. O capitalismo comercial engendra e depende do estatuto colonial, e ao invés de romper com sua estrutura, acabou por reforçá-la.

Na medida em que todas as fases essenciais dos processos econômicos se desenrolavam fora da Colônia (do financiamento da produção agrária, dos transportes, da estocagem e venda do produto bruto, ao refinamento e venda do produto beneficiado), operava-se uma espécie de despojamento econômico residual que ocasionava, por si mesmo, estímulo ao crescimento econômico horizontal, estancamento da diferenciação econômica e eternização do estado de heteronomia econômica. Em outras palavras, o capitalismo comercial provocou o aparecimento e exigia o incremento da produção colonial. Contudo, não inseriu o produtor colonial no processo pela qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadorias, engendrava uma forma específica de capitalização. (FERNANDES, 2005, p. 41)

É somente com o fim do estatuto colonial e com a formação do Estado nacional que as potencialidades capitalistas podem se desenvolver e assumir sua forma essencial. Nesse trecho também aparece o elemento que determina a formação social brasileira na análise de Florestan Fernandes: a *condição heteronômica* de nossa economia desde sua gênese e que se mantém no regime burguês. Embora o estatuto colonial fosse rompido, foi apenas enquanto estado jurídico-político, pois seus elementos orientadores foram mantidos: se antes o sistema de drenagem das riquezas “de dentro para fora” engendrado pelo

colonialismo era total, posteriormente seria adaptado para manter internamente um excedente capaz de desenvolver a economia brasileira, formar um Estado nacional, promover o desenvolvimento urbano e criar/expandir novas formas de atividades econômicas. Embora adaptado, a apropriação dos recursos nacionais por nações centrais não seria abolida, como também todo o substrato material, social e moral das relações coloniais.

Fatores externos e internos, bem como condições objetivas e subjetivas, constituem os alicerces da análise presente nessa obra e garantem a permanência da perspectiva da totalidade. Com essa preocupação, síntese das “questões preliminares” de sua interpretação, Florestan identifica quatro fatores considerados tópicos<sup>16</sup> para a determinação da Revolução Burguesa no Brasil:

um processo político (a Independência vista à luz de suas implicações socioeconômicas seculares); dois tipos humanos (o “fazendeiro de café” e o “imigrante”, encarados como figuras centrais das grandes transformações do cenário econômico, social e político); um processo econômico (mudança do padrão de relação dos capitais internacionais com a organização da economia interna); e um processo socioeconômico (expansão e universalização da ordem social competitiva). (*Idem*, p. 48)

São, portanto, segundo Florestan Fernandes, condições de caráter econômico, psicossocial e sociocultural, internas e externas que conferem a especificidade da gênese e consolidação do capitalismo no Brasil. Além disso, as dimensões diferenciadoras e históricas são fundamentais, como o próprio Florestan reafirmaria mais tarde, em 1972, quando da publicação de *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, tendo em conta que as teorias *importadas* de análises de países de capitalismo central - Europa e Estados Unidos -, não consideram um passado colonial e um capitalismo voltado para uma dominação externa. Esta última, tida como o eixo em torno do qual se configura o capitalismo dependente típico das nações latino-americanas, porque é essa dominação, articulada com fatores internos, que impede um sistema autônomo. Em síntese: “Dos períodos da „conquista” até hoje, os povos da América Latina só conheceram um tipo de modernização induzida e dependente.” (FERNANDES, 1981a, p. 133). Esta pauta pela importação de padrões e modelos, com aparência de autonomização e

---

<sup>16</sup> Refere-se ao sentido atribuído pelo sociólogo e economista François Simiand (1873-1935), segundo o qual “um fator deve ser considerado tópico, para os fins da investigação sociológica, quando é possível determinar-se sua contribuição específica na causação de determinados efeitos conhecidos.” (FERNANDES, 2005, p. 47).

que encontra no poder político estatal o meio para garantir a segurança dessa transição.

### 2.3. O papel da dimensão política na formação do capitalismo no Brasil

A partir da análise sobre o lugar e implicações da Independência na formação da sociedade burguesa no Brasil, Florestan Fernandes se debruça sobre o papel do Estado nacional e do liberalismo, na versão em que assume no contexto brasileiro. Esse é o momento que marca o fim da “era colonial”, o surgimento da *sociedade nacional* e a organização do poder em marcos nacionais, a partir de dentro. Um traço próprio desse processo, segundo o autor, corresponde à exclusão da participação das massas de trabalhadores, onde a formação da burguesia prescindiu da formação do cidadão de direito. A expressão máxima desse processo evidencia-se com a contradição presente na Independência, que mantém o regime de trabalho escravo, a extrema concentração de renda e de poder político “por reduzidas elites” (2005, p. 51).

Ao analisar o liberalismo no Brasil, Florestan reafirma os pilares metodológicos que embasam a definição do conceito de Revolução Burguesa, em termos de sua objetivação no Brasil. Assim, procura levantar seus elementos centrais: sua relação com o Estado, seu sentido e suas repercussões. O desafio colocado está em como pensar o liberalismo num país cuja burguesia carece de um projeto autônomo. Seu papel, portanto, é contraditório, se comparado com os países de Revolução Burguesa clássica: instrumento ideológico burguês para pensar-se nos novos marcos nacionais, mas com o objetivo de manter os efeitos equivalentes ao estatuto colonial. Mais uma vez, o eixo central de objetivação molda-se às exigências da colonização e à permanência de sua estrutura social, mesmo findas suas estruturas jurídicas. Segundo o autor:

Pode-se dizer sem subterfúgios, pois, que a absorção do liberalismo respondia a requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionavam a associação livre mas heteronômica do Brasil às nações que controlavam o mercado externo e as estruturas internacionais de poder. Isso explica por que a absorção do liberalismo se inicia anteriormente à crise do sistema colonial e por que ele possuía implicações mais radicais e definidas no nível dos padrões de relação com o mercado externo (inclusive animando uma visão altamente passiva e complacente da “interdependência econômica internacional”). Todavia, também indica por que, acima ou além dos interesses internos imediatos dos estamentos senhoriais, mais ou menos

harmonizados com essa transformação, o liberalismo só contribui para intensificar a desagregação do *status quo ante* de modo indireto, gradual e intermitente. É que ele não preenchia, aqui, as funções de dinamizador cultural da consolidação de uma ordem social nacional autônoma. Concorria para precipitar a formação e para orientar o desenvolvimento de uma ordem nacional, mas heteronômica (ou dependente). (FERNANDES, 2005, p. 55)

Visto que a sustentação da base social no trabalho escravo e as formas tradicionais de dominação patrimonialista não se alteram com o fim do estatuto colonial, o alcance do liberalismo aqui gestado fica limitado à “adaptação dos agentes econômicos internos aos mecanismos diretos do mercado internacional e da criação de um Estado nacional.”<sup>17</sup> O liberalismo no Brasil imprime suas contradições na sua principal obra, o Estado nacional: mimetizam-se as formas tradicionais de dominação patrimonialista, que se manifestará indiretamente; as formas tradicionais de dominação e a ordem legal nacional coexistem e são interdependentes. Dentro disso, o liberalismo também foi limitado quanto à sua abrangência, constituindo-se em realidade histórica apenas aos círculos restritos dos “estamentos sociais dominantes”. Mas, Florestan também enfatiza o impulso do liberalismo a mudanças estruturais de significativa importância: o senhor se converte em cidadão e da sociedade civil está excluída a maioria da população; dominação senhorial se amplia e se burocratiza, mantém as bases do privatismo, alcança o poder político da sociedade “nacional” e torna-se dominação estamental de fato; também o liberalismo torna-se privilégio social. Por isso, o autor refere-se ao liberalismo no Brasil principalmente como *ideologia*, na acepção empregada por Karl Mannheim<sup>18</sup>. Porém, enquanto realidade histórica impulsiona mudanças também de caráter revolucionário, assumindo por vezes o caráter de *utopia*, pelo menos no âmbito político, como no processo de burocratização da dominação patrimonialista e sua conversão em dominação estamental típica e assim “ofereceria aos estamentos senhoriais a oportunidade histórica para o privilegiamento político do prestígio social exclusivo que eles desfrutavam, material e moralmente, na estratificação da sociedade” (*Ibidem*, p. 78).

As análises de Roberto Schwarz e Antonio Carlos Mazzeo também são basilares na discussão sobre o do caráter do liberalismo no Brasil. Schwarz (2000), buscando as influências do “chão histórico” marcado pelo escravismo sobre as

---

<sup>17</sup> FERNANDES, 2005, p. 55.

<sup>18</sup> Ver nota 15.

ideias burguesas no Brasil, foca sua análise na relação entre o latifundiário e o homem livre, regida pelo *favor*, como eixo da vida ideológica do país: “O escravismo desmente as ideias liberais; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular.” (p. 17). A *gravitação de ideias*, estas em geral importadas da Europa e outras potências mundiais, é marca da singularidade histórica brasileira. No contexto tratado, afirma, (2000, p.26):

Em resumo, as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas – as ideias mais adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha à ordem do dia – e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no Abolicionismo. Submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitavam segundo uma regra nova, cujas graças, desgraças, ambiguidades e ilusões eram também singulares.

Mazzeo (1989; 1999) reafirma a posição de Schwarz<sup>19</sup> e localiza sua interpretação no bojo da análise da *via prussiano-colonial*, via particular de desenvolvimento do capitalismo onde a autonomização política se processa ainda sobre bases coloniais e escravocratas.

[...] Assim o liberalismo, enquanto ideologia que norteou a emancipação política brasileira, aparece permeado por um *conteúdo particularizado*, como produto da determinação material mesma de uma sociedade escravista; um liberalismo amesquinhado, amputado de seus elementos sociais e do universalismo democrático-burguês, contraditos pela existência da escravidão e, nesse contexto histórico-particular, restrito apenas a aspectos do livre comércio de mercadorias, o que não permitiu o surgimento de condições históricas à burguesia brasileira para dar um salto na direção de romper com a *via prussiano-colonial* e organizar uma sociedade e um Estado em moldes plenamente burgueses. (1999, p. 119).

A forma como se objetivou esse “liberalismo amesquinhado” no Brasil lhe impôs limitações primordiais que o impediram de cumprir com o caráter

---

<sup>19</sup> Única forma de participação da maioria do povo era dada pela expropriação violenta do trabalho, por meio da escravidão (escravos), ou pela expropriação da autonomia individual dos “homens livres” determinada pelo favor.

democratizante que assumia na sua forma clássica<sup>20</sup>. Mesmo dessa forma, para Florestan Fernandes, mantendo o sentido central de manutenção dos privilégios sociais e restringindo a democratização do poder político aos estratos dominantes, o liberalismo ainda pode ser considerado “a força cultural viva da revolução nacional brasileira”:

Primeiro, propiciando-lhes [às elites nativas] categorias de pensamento e de ação que conduziram ao desmascaramento do “esbulho colonial” e à oposição ao “sistema colonial”. Segundo, alterando suas perspectivas de percepção do uso, da importância e da organização do poder em termos da sociedade global. Terceiro, preparando-as intelectualmente tanto para conflitos que as uniam contra o estatuto colonial, quanto para a defesa da Independência, da Monarquia constitucional e da democratização do poder político no âmbito de sua camada social.

Uma “revolução nacional” extremamente limitada, restrita às camadas dominantes, posto que no plano político e social qualquer espaço para a participação das camadas populares poderia significar uma perda relativa de poder por parte das camadas dominantes.

Florestan seguirá uma definição do Estado daquele momento que numa primeira leitura aproxima-se à de Raymundo Faoro e, assim como este, com os conceitos de Max Weber, como o de estamento e dominação tradicional patrimonialista como elo entre o passado colonial e a sociedade nacional. O emprego desses conceitos tem como cerne a discussão quanto ao caráter do Estado Absolutista português à época da colonização, aos seus reflexos no Brasil e ao Estado nacional brasileiro em seu momento de formação<sup>21</sup>. A referência à dominação patrimonialista tem grande peso no pensamento social brasileiro e alcança autores de variadas vertentes teóricas, de Oliveira Vianna, passando por Sérgio Buarque de Holanda, e deixando sua maior marca na análise de Raymundo Faoro (PORTELA Jr., 2012). Na discussão sobre essa influência em Florestan Fernandes se destaca a contribuição de Gabriel Cohn. Em texto intitulado *O ecletismo bem temperado* (1987), defende que, embora as questões presentes em A

<sup>20</sup> De acordo com Mazzeo (1999), a Independência foi uma continuidade reformada do passado colonial, feita pela “classe dominante”, excluindo o restante da nação do processo. A forma de governo escolhida, a monarquia, garantia o controle político e continha as possibilidades republicano-jacobinas. No Brasil irá assumir o caráter bonapartista de governo, aproximando da variante bismarckiana, porém, ao contrário do que acontece na Alemanha que se industrializa, a forma bonapartista brasileira mantém a estrutura agrário-mercantil como continuidade da economia colonial.

<sup>21</sup> Conferir as discussões quanto ao caráter do Estado Absolutista em ANDERSON (1994; 1998), BARAN & SWEEZY (1978), SWEEZY *et al* (1997).

*Revolução Burguesa no Brasil* tenham sido formuladas a partir de conceitos weberianos e durkheimianos, suas respostas foram articuladas em termos marxistas, visão que predomina no todo do seu trabalho.

Também deve ser considerada a tese de que a própria incorporação do conceito de “dominação patrimonialista” por Florestan Fernandes distingue-se substancialmente daquela empreendida por outros intérpretes da realidade brasileira, como os citados anteriormente (PORTELA Jr., 2012). Em Florestan, o conceito de Weber sofre alterações para adaptar-se às singularidades históricas da formação social brasileira. Nesse sentido, suas interpretações se afastam daquelas que empregam o termo como sinônimo da reprodução direta da estrutura estatal portuguesa no Brasil, que teria se estendido até o Estado Novo. Para Florestan, como colocado anteriormente, as ideias liberais exerceram influência e imprimiram mudanças no caráter estatal, mesmo que de forma contraditória, visto que as bases sociais próprias do período colonial persistiam, bem como suas formas de dominação tradicionais. Aí reside a “dualidade estrutural” entre, de um lado, essas formas de dominação e os impulsos de formação de uma ordem legal nacional.

A definição enquanto Estado patrimonialista é considerada também, por outros, como uma saída conceitual para tratar de uma burguesia ainda em gênese num país em condição histórica específica, cujo regime escravocrata não tem o capitalismo como lógica dominante. Conforme analisa Coutinho<sup>22</sup>:

Florestan, ao contrário, afirma explicitamente que o Brasil, nas épocas colonial e imperial, não era capitalista, razão pela qual sua classe dominante - formada pelos latifundiários escravistas - não se movia, ao contrário do que supunha Caio, com base numa lógica capitalista, mas se orientava por outra "racionalidade", chamada por ele de "patrimonialista". É precisamente essa correta percepção que lhe permite constatar a emergência, a partir da expansão de relações comerciais na época imperial, de duas novas camadas sociais, a dos fazendeiros de café e a dos imigrantes (RBB, sobretudo 86 e ss.), as quais - embora sem romper inteiramente com a "velha ordem" patrimonialista - começam a agir segundo uma racionalidade propriamente capitalista, o que lhes possibilita desempenhar o papel de protagonistas principais da "revolução burguesa" que se processou em nosso País.

A análise voltada para a articulação entre fatores internos e externos e condições subjetivas e objetivas, mantém a perspectiva da totalidade<sup>23</sup> sempre

<sup>22</sup> In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e "imagem do Brasil" em Florestan Fernandes**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv54.htm>>. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

<sup>23</sup> Conforme Lukács, “é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (LUKÁCS,

presente. Assim estão presentes também indícios de uma dialética entre fenômeno e essência e entre o indivíduo e o universal, nos sentidos encontrados em György Lukács (1979). A partir dessa perspectiva, confirma-se a subordinação do conceitual weberiano (e, em outros momentos, funcionalista) à concepção histórico-dialética, negando a tese de um predomínio do individualismo metodológico.

Na sequência de sua análise, Florestan demonstra a capacidade de adaptação da dominação estamental que irá conviver com a nova ordem legal, o Estado nacional, e se utilizará dessa estrutura para manter as bases sociais que sustentam seus privilégios, canalizando-os para a esfera política e para fomentar as condições sociais, econômicas e culturais necessárias à formação de uma sociedade em marcos nacionais. Os impulsos democratizantes que surgem desse Estado serão submetidos aos interesses das elites estamentais. A democracia é engendrada com a restrita missão de legitimar a própria dominação estamental perante uma “sociedade civil” que era formada apenas pelos estratos senhoriais, sobre os quais a democracia deveria intervir e obter o consentimento de todas as partes. Aqui sua análise ressalta os aspectos próprios de uma dominação de caráter estamental, mas que é submetida aos imperativos da ordem social particular brasileira.

Outro ponto de destaque refere-se à noção de *ordem social competitiva*, utilizada para caracterizar o momento em que o capitalismo ainda não tem seus principais pilares edificados, mas suas condições já começam a se configurar. Isso sucede como *implicações socioeconômicas da Independência no Brasil* constituídas pela mudança dos papéis do “senhor rural” que deixa seu posto de “agente econômico na Colônia” para “agente econômico independente”, ou seja, agora com margens de acumulação do excedente para investir internamente. Também o comércio de importação ganha novo sentido e aumenta sua importância, bem como os agentes econômicos ligados a essa atividade. Novas relações no campo e no comércio de importações dão base à formação de uma ordem social competitiva - mediada por uma ordem contratual -, embora ainda permaneçam como entraves o trabalho escravo e o patrimonialismo. Porém, a dissolução da ordem jurídica e política do sistema colonial já será suficiente para dar início à expansão interna do

---

1974; *apud* NETTO, 2011, 14). Sobre a importância da totalidade como perspectiva de análise, na obra de Florestan Fernandes, coloca Hermínio Martins (1987) que a análise estrutural-funcionalista, com a qual se identificam os primeiros trabalhos do autor, se destaca naquele momento de predomínio das análises microssociológicas, por oferecer a retomada da perspectiva da totalidade.

capitalismo, que só futuramente será plenamente efetivada, com a mudança nas relações de trabalho.

Os impulsos de estruturação nacional e independente do Brasil que, de forma muito precária são possibilitados a partir do processo de Independência, ganharão forma naqueles setores identificados com o liberalismo em seu sentido utópico. Como diz Florestan, “o terrível desafio de alicerçar uma sociedade nacional sobre estruturas herdadas do mundo colonial”<sup>24</sup> é assumido por esses setores que têm a capacidade de empreender esse desafio, concentrando aspectos como o cultivo intelectual segundo padrões europeus; a experiência político-administrativa; o anseio de burocratização do poder estamental e consciência do papel das estruturas coloniais persistentes em limitar a formação do Estado moderno e da sociedade nacional etc. Esses “dinamismos psicossociais” terão grande importância analítica nesse momento, é através deles que Florestan identifica como a dominação estamental rompe no plano político com os entraves que irão permanecer no plano da produção. A burocratização dessa dominação e a integração nacional são fenômenos equivalentes e são os que permitem a conversão dos interesses particulares desses senhores rurais em interesse geral. Esses estamentos se engajam na “modernização” do país. Fazem isso porque nesse processo ampliam seus horizontes culturais e assumem seus postos políticos, jurídicos ou administrativos participando ativamente da conformação da nação como realidade política.

Nesse momento, Florestan assinala uma postura que irá marcar as elites estamentais que acionam esse processo: desde o seu tempo presente, olham permanentemente para o passado, resguardando suas estruturas de poder e, olham para o futuro, fazendo as modificações necessárias para abrir caminhos a essas continuidades. Dentre essas modificações estão: a liberação dos móveis capitalistas que permaneceram sufocados no período colonial; as novas bases de organização interna de uma economia de mercado; e a nova posição das atividades comerciais na economia, passando a ser o segundo principal ramo. E nelas as elites senhoriais encontram seu lugar de dirigentes da transição da sociedade colonial à sociedade nacional, o que poderá então ser feito de forma acelerada e sem grandes tensões.

---

<sup>24</sup> FERNANDES, 2005, p. 72.

O fruto dessa conjunção de interesses é o que Florestan chega a chamar num certo momento de “Estado-amálgama”, que aglutina, no plano formal, os anseios liberais garantindo os direitos fundamentais do “cidadão” e, no plano prático, burocratiza a dominação patrimonialista e se coloca a serviço dos interesses dos estamentos senhoriais. A persistência da dominação patrimonialista explica porque o Estado nacional já nasce com suas funções intrinsecamente ligadas à iniciativa privada e com atribuições político-econômicas típicas de nações dependentes.

Em suma, os elementos que conformam a sociedade nacional trazem especificidades próprias de um país que tem como ponto de partida o sistema colonial. É, então, um país cuja autonomização se processa centralmente como fenômeno político, mantendo as bases estruturantes da economia colonial. A organização do Estado nacional independente impulsionará a apropriação em termos nacionais da renda gerada internamente e que antes era canalizada para a Metrópole. Na dialética entre fatores internos e externos, aqueles prevalecem como determinantes últimos, o que impediu naquele momento o desenvolvimento capitalista no Brasil. A permanência dos padrões coloniais da “grande lavoura” será a garantia de corresponder às pressões externas, mas sem perder os privilégios de ordem econômica erigidos pela economia colonial, visto que ainda não se tinha condições de fazer essa transição de forma segura. O poder monárquico será a garantia dessa transição segura, na conformação de um Estado nacional tutelado pelos estamentos senhoriais para garantir-lhes tempo e tranquilidade suficientes para incorporar os interesses burgueses sem maiores riscos.

Em suma, a autonomização política e a burocratização da dominação patrimonialista foram as condições estruturais de desenvolvimento interno do capitalismo, visto que possibilitaram converter a produção e o comércio de importação e exportação a serviço da *acumulação estamental de capital*. Porém, o papel desse tipo de acumulação variou muito do que tinha na formação do capitalismo nas economias centrais. Se nelas conformou-se enquanto uma *fase do desenvolvimento econômico*, no Brasil perdura como *estado econômico permanente*.

A autonomia econômica impulsionada pela autonomização política ficará limitada pela persistência da orientação exportadora da produção rural que manterá o princípio de dependência ao mercado externo em termos semelhantes ao do

período colonial. O capitalismo encontrará terreno difícil no âmbito econômico, vindo a exercer maior influência na esfera política onde irão se concentrar suas principais manifestações. A formação do capitalismo no Brasil, de acordo com a análise de Florestan, é mais implantação externa que resultado da ordem econômica anterior, o sistema colonial. Teve duas linhas de desenvolvimento no Brasil: uma delas, originada dos móveis capitalistas presentes no sistema colonial e que se prenderão ao capitalismo comercial; a outra linha, a do capitalismo impulsionado pela formação do Estado nacional independente - a autonomização política -, que permitirá a internalização de atividades de crédito, financiamento e comércio, a expansão do “alto comércio” e proverá de serviços públicos servindo aos interesses dos capitais e técnicas estrangeiras. O resultado é um processo contraditório entre os comandos de reprodução interna da ordem econômica dos países centrais e, por outro lado, a acumulação estamental de capital. O “espírito burguês” encontrava-se preso à única atividade econômica que abria espaço a seus interesses: o comércio, que ainda tutelado pelas camadas senhoriais terá que se adaptar aos anseios da aristocracia agrária. É nesse momento que Florestan identifica o “paralelismo econômico estrutural”, provocado pela sobreposição do “setor novo” ao “setor velho”, no qual o capitalismo terá que encontrar fendas para seu pleno desenvolvimento:

Assim, a implantação do capitalismo em novas bases econômicas e psicossociais constitui um episódio de transplantação cultural. Ele não “nasceu” nem “cresceu” a partir da diferenciação interna da ordem econômica preexistente (o sistema econômico colonial). Mas vincula-se a um desenvolvimento concomitante de tendências de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico, que tinha seus suportes materiais ou políticos na economia colonial, sem lançar nela as suas raízes. Em consequência, o salto ocorrido na esfera econômica não corresponde, geneticamente, a um processo de diferenciação (contínua ou súbita) das mesmas estruturas econômicas. Representa um processo novo, que extrai parte de sua substância das estruturas preexistentes, mas que se organiza, desde o início, como uma estrutura divergente, nascida da conjugação histórica de novas possibilidades de ação econômica e de novos padrões de organização do comportamento econômico. (FERNANDES, 2005, p. 103).

Será nos centros urbanos, então, em contraposição ao campo, dominado pela aristocracia agrária, que o liberalismo econômico encontra terreno para inserir sua lógica competitiva. Concentrados nas atividades comerciais, os frágeis impulsos de ordem capitalista não chegam às atividades produtivas, pelo menos não as dominam. Elementos históricos posteriores, centralmente o fim do regime de trabalho escravo e a Proclamação da República, é que permitirão o avanço das

relações capitalistas para o âmbito da produção. Por enquanto, as relações capitalistas restringem-se à esfera da circulação e mantém os centros de decisão majoritariamente no exterior, a partir das nações centrais, o que caracteriza a ordem social competitiva no Brasil.

Esse processo de avanço das relações propriamente capitalistas será analisado por Florestan Fernandes com maior atenção no capítulo *O desencadeamento histórico da Revolução Burguesa*, quando apresenta os agentes históricos da conformação da estrutura econômica em bases nacionais, identificados nos papéis assumidos pelos “fazendeiros de café” e pelos “imigrantes”; e quando aparece a noção de *capitalismo dependente* enquanto “um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural.” (*Idem*, p. 113).

Nesse momento da análise, Florestan irá partir da noção de *situação de mercado*, de origem weberiana. No Brasil, essa situação de mercado foi engendrada a partir das possibilidades abertas pelo processo de formação da sociedade nacional e de autonomização política. Através de nova ordem legal resultante desse processo será edificado o mercado interno. A situação de mercado, à qual se refere Florestan Fernandes é caracterizada pela preponderância da exportação, por isso, a importação assume as lacunas deixadas pela produção agrícola que está voltada para o exterior; a dependência externa se recicla e irá interferir nos rumos do excedente econômico interno. O resultado é um “mercado interno nuclearmente heteronômico e voltado para fora” (*Idem*, *ibidem*, p. 111). Porém, essa heteronomia, conforme exposto anteriormente, não vem como determinação do mercado externo, ela nasce internamente da diferenciação, desenvolvimento e autonomização da economia herdada. O sentido das relações comerciais com o mercado externo é de adaptar-se à dependência econômica herdada do período anterior. A discussão sobre heteronomia ou dependência e autonomia, na obra de Florestan, vincula-se intrinsecamente com a definição do tipo de capitalismo possível em países de passado colonial como o Brasil. Miriam Limoeiro Cardoso, afirma:

Em primeiro lugar, quando pensa a heteronomia ou dependência, Florestan a precisa por meio do seu conceito de capitalismo dependente. Trata-se, assim, antes de mais nada, de capitalismo. E, em seguida, de capitalismo numa das formas específicas de uma das fases do seu desenvolvimento. Neste sentido,

este conceito é ao mesmo tempo estrutural e histórico: define-se como parte de um determinado “sistema de produção”, para usar a expressão pela qual Florestan o designava preferencialmente (o capitalismo); como parte deste “sistema” num determinado momento do seu desenvolvimento na história (o capitalismo monopolista); e como parte que é uma de suas especificidades nesta fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista). Florestan não formula uma “teoria da dependência”. Sua formulação do capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista. (CARDOSO, 2001, p. 2).

Soma-se a esse universo categorial próprio para a análise do processo de reintegração da economia brasileira ao sistema econômico internacional, o que ele também coloca num primeiro momento como sinônimo de *sistema colonial moderno*, ou seja, o *imperialismo*. A noção de imperialismo também é incorporada à análise das relações do Brasil, nessa nova fase, com as nações de capitalismo central e o sistema econômico externo (p.114-115). De acordo com Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão (2008), e também segundo Netto (1987), a noção de imperialismo em Florestan Fernandes tem importância central na definição do tipo de exploração e dominação que se estrutura no país. Florestan irá pautar sua análise nas fases do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir das fases do imperialismo, dentro dessa perspectiva é que identificará na contrarrevolução o caráter típico da dimensão política do capitalismo dependente. Mantendo-se a heteronomia das relações, o que se processa é um movimento de mudança na qualidade dessa dependência, o que tem como canal de entrada as atividades e operações mercantis incentivadas pelas transformações na organização da produção das nações capitalistas centrais. Sobre essa *modernização econômica induzida de fora*, Florestan comenta:

Os padrões capitalistas se introduziram, através dela, de forma compacta e autêntica, na esfera das transações comerciais; converteram-se em dimensão real e efetiva do comportamento dos agentes econômicos, afetando tanto os conteúdos quanto a organização de suas personalidades. (2005, p. 119).

Embora profundas, essas transformações nada tinham de caráter político revolucionário, como as ocorridas nas nações centrais. Ao internalizar operações antes realizadas e controladas inteiramente de fora, criavam novos mecanismos para manter o controle “a distância” - impessoal, indireto e mais sutil, bem diferente dos adotados no período colonial -, constituindo-se num processo de racionalização e secularização dos nexos de dependência externa.

Esse momento tem importância crucial na análise de Florestan, visto que é o momento que marca a abertura de espaço em âmbito nacional para o surgimento do comportamento burguês. Espaço este que constituirá o “setor novo” da economia no Brasil, o setor do comércio, cujo lugar se concentra no ambiente urbano. O capitalismo propriamente dito, segundo a tese de Florestan, encontra solo fértil nesse ambiente. Em suas palavras: “Não foi a produção agrícola exportadora, nem a produção manufatureira ou industrial que galvanizou, historicamente, o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil.” (2005, p. 127). Será o complexo comercial, por pressão neocolonial, pelos efeitos da emancipação política e do desenvolvimento urbano, que abrigará os primeiros impulsos de ordem capitalista. Impulsionado a partir de fora, em intrínseca relação de dominância externa, o “setor novo” irá impor alterações que atingirão também a dinâmica interna, a produção agrária predominante até então.

De caráter patrimonial, essa produção agrária, por ser também fonte por excelência do excedente econômico que dinamiza as atividades comerciais, impõe limites ao desenvolvimento capitalista que tem de se restringir, nesse momento, às atividades comerciais. E como é dela que vem praticamente tudo que é comercializado (no caso da exportação), ela imprime a essas relações com as nações capitalistas centrais a heteronomia própria de sua dinâmica. Essa heteronomia, advinda da *situação de mercado* já existente, impediu que o momento de transição e abertura comercial pudesse levar ao caminho de uma reestruturação autônoma. Assim, a aristocracia agrária (formada pelos antes “senhores rurais”) se converte no que estava no seu limitado horizonte: a “sócia-menor” das relações com o exterior.

A *incorporação dependente* às economias centrais engendra então um capitalismo de tipo especial, assentado numa estrutura de mercado polarizada entre uma base heteronômica e tendências dinâmicas autonômicas (vindas dos impulsos comerciais), um capitalismo que irá se encontrar na dependência: o capitalismo dependente.

Desse cenário, Florestan Fernandes abstrai suas figuras principais: o imigrante e o fazendeiro do café. Por serem aqueles que primeiro irão romper com a estrutura estamental e seu caráter na concentração de renda, o estudo apurado de suas trajetórias enquanto grupo social revela os meandros do caminho tortuoso de

constituição da ordem social competitiva no Brasil. Florestan identifica neles a personificação das opções políticas que marcam a passagem para o capitalismo propriamente dito.

O imigrante, enquanto agente econômico do capitalismo comercial e financeiro; e o fazendeiro do café, transformando-se em “homem de negócios”, na renúncia de seu *status* senhorial por pressão do mercado externo, assumindo funções puramente econômicas. As fazendas de café são as primeiras a incorporar o trabalho livre, engendrando e coroando o processo de desarticulação da ordem social estamental e escravista e fortalecendo a ordem social competitiva. Longe de ser por sensibilização com a condição escrava, é a necessidade de aumentar a produção que fala mais alto e impulsiona a paulatina substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. O fazendeiro de café tem de assumir o “elemento burguês” como condição para manter o monopólio do poder político e a liderança econômica. Fator esse fundamental para entender a conformação da dominação burguesa no Brasil e que endossará a tese de Florestan, exposta no capítulo 5, *A concretização da revolução burguesa*, que nega a ocorrência de uma crise do poder oligárquico.

Na tese de Florestan Fernandes, o imigrante ao se deparar com as portas da economia fechadas pela estrutura estamental, constrói seu espaço econômico próprio, gestado com os elementos que tinha à disposição: seu próprio trabalho e a cooperação doméstica. Absorve as atividades econômicas emergentes desprezadas pelos senhores agrários e se converte, pela linha mais difícil, em “agente econômico da concentração de capital comercial”. O caminho do desenvolvimento econômico acaba por fortalecer suas atividades econômicas que ganham importância estratégica nesse cenário e permite ao imigrante enveredar-se pela produção industrial. Em síntese, o imigrante preencheu três funções essenciais ao desenvolvimento capitalista no Brasil: 1) primeiro agente original do trabalho livre; 2) com exceção apenas dos estamentos dominantes e intermediários, era o único elemento que tinha acesso à circulação monetária e tinha poder aquisitivo real, levando o novo padrão de consumo típico da “modernidade” às camadas pobres rurais e urbanas e, 3) contribuiu para a diversificação e diferenciação da produção

interna, o que trará impulsos autonomizadores da economia em bases nacionais<sup>25</sup>. Cabe demorar-se um pouco mais nessa terceira função, pois dela despontam elementos políticos de importância central na nossa análise. Pois, diferente da heteronomia incrustada na produção agrária, o imigrante:

Ao organizar ou expandir tipos de produção que se originavam e consumiam através do mercado interno, ajudou a transplantar para o Brasil, predominantemente de forma socialmente inconsciente, modelos de desenvolvimento auto-sustentado, característicos das economias capitalistas integradas. Nesse sentido, sua importância para a expansão do capitalismo transcendeu às diferenças raciais, étnicas ou nacionais e foi balizada por dinamismos internos da economia brasileira. (FERNANDES, 2005, p. 169)

Porém, embora seu potencial econômico apontasse para impulsos autonomizadores, opta politicamente por acomodar e capitular-se perante as ideias políticas das elites nativas, do setor agrário, ou seja, opta pelo caminho mais fácil e seguro, no plano imediato, para conseguir o apoio político do qual carece para a manutenção de sua vida econômica.

Enquanto o fazendeiro só exercia funções relevantes para a expansão do capitalismo nas posições que estavam no ápice da estrutura econômica, o imigrante fazia o mesmo de todas as posições possíveis, de “assalariados” a “homens de negócios”. Assim, as funções econômicas que lhe cabiam, no contexto histórico-social, diziam respeito ao fortalecimento crescente, à diferenciação contínua e à consolidação final da ordem social competitiva. (*Idem, Ibidem*, p. 174)

Embora agente por excelência da ordem social competitiva, o imigrante faz a opção de apoiar as formas de liderança e dominação política que caminhavam no sentido contrário da ordem que ele ensejava, ou seja, que impediam o predomínio do capital industrial, a reforma agrária, a economia de mercado integrada nacionalmente e a formação de um regime capitalista independente. Ao fazendeiro de café, coube a importante missão de firmar as formas tradicionais de poder político, esvaziando o caráter potencialmente revolucionário do ideário abolicionista. O saldo desse processo apresenta-se no refinamento de manutenção do poder político e no solapar as tendências radicais e/ou inovadoras que pudessem abalar as estruturas de tal poder.

---

<sup>25</sup> Florestan Fernandes contraria a tese que entende essa função desempenhada pelos imigrantes como fruto de uma mentalidade capitalista trazida de fora, dos seus países de origem. Segundo ele, ela tem sentido principalmente interno, impondo-se e crescendo a partir das brechas econômicas que os imigrantes encontraram na estrutura estamental da economia brasileira.

Introduzidos os elementos provenientes da *incorporação dependente* do Brasil ao mercado capitalista mundial, Florestan Fernandes prossegue na sua análise a encontrar no interior da ordem social escravocrata e senhorial as fissuras que permitirão o desenvolvimento da competição como ordenadora do momento histórico que se forma. Essa será a tônica da segunda parte do livro - definida pelo autor como um fragmento - *Esboço de um estudo sobre a formação e o desenvolvimento da ordem social competitiva*<sup>26</sup>, onde objetiva reunir os elementos dessa ordem que acumulam para a definição da Revolução Burguesa no Brasil.

Florestan inicia esse momento de sua análise fazendo considerações sobre o lugar do período colonial na formação do Brasil “sociedade nacional” e dependente. Generaliza tal condição:

Nas „sociedades nacionais” dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido *antes* da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica. (FERNANDES, 2005, p. 179).

Cabe registrar que dessa passagem pode-se também absorver elementos do debate com a tese de Caio Prado Júnior, que defende, em termos gerais, que o período colonial brasileiro já era marcadamente capitalista. Como visto anteriormente, o que Florestan defende é que já havia a existência de *móveis capitalistas* no período colonial, porém impedidos de se desenvolver plenamente por conta do próprio estatuto colonial que tolhia a formação das condições para o desenvolvimento interno do capitalismo. Seriam o imigrante e fazendeiro de café “os novos tipos de homens que iriam projetar os toscos móveis capitalistas do velho „senhor rural” no horizonte cultural da „burguesia” emergente [...]” (2005, p. 46). Assim como na análise caiopradiana, Florestan Fernandes considera o contexto econômico mundial como de predominância do capitalismo comercial, porém, se diferencia ao conceber que a produção canalizada quase totalmente para a metrópole não deixava espaço para o desenvolvimento interno de relações propriamente capitalistas.

Na sua análise, seria somente com a desagregação da ordem social estamental e escravocrata que as condições favoráveis para o desenvolvimento do

---

<sup>26</sup> Escrito nos meses finais do ano de 1966.

capitalismo poderiam ser forjadas. Na continuidade da citação anterior, Florestan acrescenta:

Na fase de ruptura do regime colonial, tais estruturas alimentam e tornam possível a adaptação aos dinamismos econômicos do mercado mundial, que na realidade desencadeiam e condicionam a transição, e servem de base à gradual formação de uma economia nacional “independente”. A intensidade e os efeitos estruturais e dinâmicos dessa fase dependem, naturalmente, da herança econômica, cultural e política recebida da época colonial. Na América Latina, em regra, tal fase assumiu o padrão de uma evolução secular, nos países que lograram organizar e expandir, com maior rapidez, um mercado interno relativamente diferenciado e integrado, em bases capitalistas. (FERNANDES, 2005, p. 179-180)

Ainda tratando dos reflexos das estruturas econômicas, sociais e políticas herdadas do período colonial, Florestan aponta para os aspectos políticos que delas emanam na conformação da nova ordem social competitiva:

A rigor, tais estruturas produziram um resultado útil apenas porque preencheram – onde tal coisa chegou a ocorrer numa escala eficaz – a função histórica de preservar *o controle político de decisões econômicas vitais em mãos nacionais*. (FERNANDES, 2005, p. 180 – grifos nossos).

Por conta disso, os impulsos de modernização vindos a partir do mercado externo encontraram resistência interna e impuseram limites à expansão da ordem social competitiva. Florestan defende que isso não se explica somente por uma “resistência à mudança” por parte dos estamentos senhoriais, mas, e aqui se estrutura o cerne de sua análise do capitalismo dependente, pelas condições próprias da situação “periférica” e “marginal” das economias dependentes de origem colonial. Para o entendimento dessa situação, focaliza três temas que considera fundamentais: 1) elementos da ordem escravocrata e senhorial que engendram a competição econômica; 2) natureza e efeitos dos processos econômicos que originam a ordem social competitiva e, 3) caracteres estruturais e funcionais da ordem social competitiva moldada ao capitalismo dependente e sua relação com o tipo específico de Revolução Burguesa engendrado no Brasil.

Ao transcorrer esses temas, Florestan apontará os elementos da formação política e trará para o centro dessa análise, pela primeira vez na sua obra, o conceito de *autocracia* como instrumental para a apreensão do movimento de conformação

da forma típica de dominação gestada pela aristocracia agrária. Assim, o elemento autocrático está em articulação com o caráter patrimonialista da aristocracia agrária.

A revolução política no Brasil, correspondente à formação do Estado nacional independente, não foi acompanhada também por uma revolução de cunho social e econômico, pelo contrário, constituiu-se num processo de institucionalização da dominação patrimonialista em bases coloniais. Dessa forma, as “formas autocráticas de solidariedade”, junto à cooperação, que constituíam fatores de equilíbrio social predominantes sob a ordem social senhorial e escravocrata, atuarão como entrave ao fortalecimento dos elementos competitivos. Porém, indaga Florestan, seriam incompatíveis a dimensão autocrática e patrimonial à nova ordem social? A aristocracia agrária teria que desfazer-se dessa dimensão para permitir o desenvolvimento da competição como ordenadora da sociabilidade? Segundo Florestan, a solução política dessa aristocracia não será romper com seus privilégios que sua posição gerava, ela “[...] não punha em jogo o privilegiamento econômico, social e político de sua posição na estrutura social; mas a organização escravista da sociedade, que lhe garantia a posição privilegiada (a qual pretendia modificar sem pôr em risco o próprio privilegiamento).” (2005, p. 184). Assim, a dominação de tipo patrimonialista e autocrática sofrerá apenas redefinições com a finalidade de preservar sua essência.

Abre-se caminho para a competição, porém também submetida a uma redefinição, como consequência dos arranjos empreendidos pela solução política da aristocracia e do necessário ajuste à lógica do capitalismo dependente, a uma redefinição. Ela se converterá, sob essas condições, em fator de distribuição estamental de renda e de poder, ou seja, distribuição fortemente desigual, marca que persistirá por todas as fases da sociedade brasileira. Nasce aqui uma forma típica de privatismo moldado por critérios estamentais, que convertia a “livre iniciativa” e a “empresa privada” em privilégios estamentais.

Florestan dedica parte de sua análise aos setores intermediários da ordem estamental e sua função no processo de formação da ordem social competitiva. Seriam eles colocados em altos postos pelos estamentos superiores, em decorrência das exigências da economia e política modernas, quando assumirão atividades na política, negócios, como jornalistas, profissionais liberais etc. Através dessa cooperação, aceitavam a *igualdade fictícia* oferecida pelos senhores e

mantinham-se subjugados aos projetos destes, deixando sufocar os ímpetos de uma *revolução dentro da ordem*. Os estamentos intermediários assumem uma “obscura missão histórica, de fiadores da perpetuação crônica do „poder conservador“ e dos privilégios estamentais mais odiosos, que sobreviveram ao desaparecimento histórico tanto da *sociedade colonial* quanto da *sociedade imperial*.” (2005, p. 192-193). Sofrerão transformações com a conformação da nova ordem social, mas não mudarão em essência o seu caráter, pois irão, vincular-se: “agora como „classe média emergente“, à modernização e à democratização como meros expedientes de privilegiamento de seus interesses e do seu destino social.” (*Idem*, p. 192).

Temos então tanto do “setor novo” (na figura dos imigrantes) como dos estamentos intermediários a renúncia às suas possibilidades de contestação radical à ordem. Nem mesmo as formas de *revolução dentro da ordem* serão apreciadas por esses setores, restando a hegemonia da aristocracia agrária na orientação geral do processo. E essa orientação foi a de converter a competição em mais um instrumento para “prender o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro” (2005, p. 200).

Revela-se o caráter dúplice que a competição assume nos países de passado colonial e dependentes: se, por um lado, abre espaço para o desenvolvimento autônomo; por outro, é redefinida para a manutenção dos privilégios de poucos. É assim que, no caso das contestações abolicionistas, busca-se evitar que se convertessem em mudanças radicais:

Já que elas pareciam um fermento explosivo, tentavam localizá-las e discipliná-las socialmente, para impedir que as formas de controle senhorial perdessem a sua eficácia. Resguardava-se a sociedade do corrosivo “espírito burguês”, fortalecendo-se os laços que prendiam os homens aos seus níveis sociais, aos correspondentes códigos de honra e ao mito de que o Brasil é ingovernável sem a versão autocrático-paternalista do *despotismo esclarecido*. (2005, p.197).

Assim, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre não trouxe os efeitos políticos que o liberalismo político clássico defendia. O consenso entre os setores emergentes e a aristocracia agrária restringia-se a limitadas medidas do liberalismo econômico. O fortalecimento da competição como princípio da organização da vida social só é permitido se garantir a continuidade do privatismo próprio do passado colonial, um “privatismo tosco”, “rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático”. (p. 200).

Nesse momento, Florestan mostra como os instrumentos autocráticos de dominação são a chave para entender como a aristocracia agrária consegue resistir às fortes pressões externas – principalmente da Inglaterra – e manter sua base de sustentação intacta, o trabalho escravo, mesmo quando os demais aliados das nações capitalistas centrais já o haviam abolido. A “cegueira crônica e obstinada” das camadas senhoriais, como chamava Florestan, resistirá às mudanças até o último momento. Somente quando a crise do trabalho escravo é inevitável, “os estamentos sociais dominantes se veriam condenados a terminar com as próprias mãos a destruição daquela ordem, para salvarem o privilegiamento de sua situação econômica por “outros meios” (naturalmente sociais e políticos).” (p. 209) Assim, vai o trabalho escravo, porém preserva-se o substrato social e político da ordem escravocrata e senhorial: “a base oligárquica do poder autocrático dos „ricos” e „privilegiados”.” (p. 209). Em síntese, teremos que: “[...] o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do „moderno” com o „arcaico”, uma *descolonização mínima*, com uma *modernização máxima*).” (2005, p.209).

O processo de conciliação entre os interesses dos estamentos senhoriais, o “setor velho”, e os da burguesia emergente, o “setor novo”, possibilita a inserção da economia brasileira ao mercado capitalista mundial, mas à custa do aprofundamento da dependência e por meio da manutenção das formas autocráticas de organização do poder político. Isso se revela, por exemplo, na continuidade da mentalidade escravista sobre o trabalho livre, que persistiam na representação das relações contratuais como relações tradicionais de lealdade ou de tipo patrimonialista.

Na finalização desse capítulo, Florestan demarca sua interpretação sobre a caracterização do período colonial, pilar edificado ao longo de toda a discussão dessas primeiras partes do livro tratado:

De fato, o “trabalho livre” aparece primeiro como mercadoria – como uma realidade do mercado capitalista e do emergente sistema de produção capitalista que se estende da cidade ao campo. É somente depois disso, consumada a crise final e o desaparecimento da ordem social escravocrata e senhorial, que o “trabalho livre” se configura como um fator social construtivo, adaptando-se às funções sociais e políticas que deveria ter na ordem social competitiva. É aí então que completa, já sob a Primeira República, o circuito de sua transformação em pura mercadoria. Para que se atingisse esse desfecho era preciso que aquele que vende o trabalho contasse pelo menos com algumas condições econômicas, sociais e políticas, que lhe permitissem

definir e impor o *seu lado* da barganha salarial e da relação patrão-operário ou trabalhador. (2005, p. 230-231).

A ordem social escravocrata e senhorial transfere a brutalidade como herança do trabalho escravo ao trabalho livre. Para Florestan Fernandes, somente as possibilidades abertas pelo movimento sindical e pelo inconformismo da classe operária irão colocar a desumanização das relações de trabalho como problema social. O controle conservador e o poder autocrático, necessários para manter as relações de dominação, consolidam-se como *fiio condutor da história*. Assumem novos contornos, agora ferramenta para garantir que a classe operária aceite ser “puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital”<sup>27</sup>. Mas não perdem a sua função essencial: dar segurança e estabilidade social às camadas dominantes.

A autocracia no Brasil configura como herança política da Colônia, conferida pela ordem social escravocrata e senhorial, e elemento que garante a transição segura desta ordem para o capitalismo propriamente dito, e dentro dele, entre as suas etapas.

---

<sup>27</sup> FERNANDES, 2005, p. 232-233.

### 3. O CARÁTER AUTOCRÁTICO DA BURGUESIA BRASILEIRA: A FACE POLÍTICA DO CAPITALISMO DEPENDENTE.

#### 3.1. Capitalismo Monopolista e Imperialismo Total: novos dilemas à dominação burguesa e ao poder burguês no capitalismo dependente.

Cabe aqui ressaltar alguns aspectos do contexto e significado desse momento na obra. Ao iniciar a terceira e última parte do livro com o capítulo *A concretização da Revolução Burguesa*, marca a retomada da redação do estudo que havia sido deixado em segundo plano em 1967. Aproximadamente sete anos depois, em 1973, como já colocado anteriormente, Florestan reformula os planos de anos atrás adaptando-os, segundo ele, aos seus “pontos de vista atuais” (2005, p.25). Na *Nota Explicativa* do livro, escrito por ele em 1974, revela, com muita modéstia, que os capítulos seguintes “contêm, na essência, a parte mais importante da contribuição teórica que porventura esta obra possua.” (*Ibidem*, p.25).

Elaborada posteriormente às publicações de *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968) e de *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973), a última parte já conta com as reflexões ali desenvolvidas. Também encontraremos referências diretas a obras de Lênin<sup>28</sup>, principalmente quando trata da *emergência e expansão do capitalismo monopolista*. Esse momento marcaria o que Netto (2006 *apud* BARÃO, 2008), numa bela reflexão sobre a trajetória intelectual de Florestan Fernandes, chama de “um novo piso teórico metodológico” que ele cristaliza, mais precisamente, a partir do ano de 1968:

---

<sup>28</sup> Cabe aqui reproduzir o adendo de Barão (2008) sobre essa questão: “Quanto à contribuição de Lênin para o entendimento das especificidades das transformações capitalistas nos países periféricos (a partir da análise concreta da Rússia), cabe deixar registrada a seguinte consideração de Netto (C1982): „dadas as condições, a reflexão teórica e prática política de Lênin, nos anos 90, não podem ser reduzidas a um conjunto de intervenções diversas, vinculadas pelos nexos que unem a crítica ao populismo a uma análise científica capaz de aportar elementos para a elaboração de uma estratégia a ser implantada por um partido revolucionário da classe operária. Antes, devem ser tomadas como a efetivação de um projeto global integrado de apreensão da dinâmica econômico-social de uma formação histórica particular, da identificação das suas tendências mais profundas, da determinação do seu movimento. Da reposição dos traços essenciais dessa formação histórica particular no âmbito da instância analítica é que deriva a crítica social que abre a via para uma intervenção política cientificamente dirigida.” (p.X). Portanto, havia um aporte para apreensão da realidade que fundamentava o debate com os populistas. O estudo da revolução burguesa em Florestan segue o lastro inaugurado por Lênin para compreender a especificidade histórica do capitalismo na Rússia ou de Gramsci para compreender a realidade Italiana. Ambos os autores (Lênin e Gramsci) queriam compreender esta realidade para realizar a revolução proletária e o mesmo objetivo pode ser encontrado em Florestan que apresenta o diagnóstico e as alternativas de superação – revolução dentro da ordem e/ou revolução contra a ordem.” (BARÃO, 2008, nota 155, p. 230).

Se você pegar os textos dele, pós 1968, você observa que ele está com a crítica da economia política prontinha na cabeça [...] Florestan é aposentado sumariamente em 1969, ele nasceu em 1920, então estava com quase 50 anos. Veja só, era um homem realizado intelectualmente, dificilmente as pessoas enriquecem substantivamente seu horizonte intelectual depois de 50 anos; Florestan tem um novo jorro criativo e isso em função da nova relação que ele estabelece com a tradição marxista [...] se você der uma olhada nos autores com os quais ele entra em interlocução, são inteiramente novos, você constata que ele não perdeu as suas referências clássicas, [...] ele amplia o mundo dele [...] Ao velho Florestan, se é que se pode dizer isso, quando todo mundo já estava com a sua cabeça arrumada, seus esquemas analíticos montados, ele alcança um novo piso teórico metodológico para pensar o mundo. Aí ele retoma a discussão da Universidade, ele retoma de uma maneira nova. (NETTO, entrevista, B2006 *apud* BARÃO, 2008)

Porém, como o próprio José Paulo Netto afirma em outra ocasião, esse salto na compreensão de Florestan Fernandes não significava uma ruptura com as suas produções anteriores. Na análise de Netto, a obra de Florestan foi sempre guiada pela “ideia sintetizadora fundamental” de voltar ao estudo da realidade brasileira desde o ponto de vista das classes e camadas de explorados e oprimidos. É tal perspectiva que “orienta, sob formas e modalidades diferenciadas, *toda* a sua evolução, desde a opção profissional pela Sociologia à pedagogia socialista. Esta pesquisa – enervada pelos ideais socialistas – comanda todo o desempenho de Florestan.” (NETTO, 1987, p. 298).

Também compartilha dessa análise Miriam Limoeiro Cardoso ao afirmar que:

Por enquanto, penso como um conjunto a sua produção que se estende de 1946 a 1967. Não estou afirmando que 1967 corresponda a um ponto de inflexão na produção de Florestan Fernandes. Parece-me, mais, que *1967 marcaria o coroamento de um esforço interpretativo, em que ele já é capaz de demarcar com precisão metodológica, conceitual e teórica uma problemática inovadora, na qual vinha trabalhando desde 1955*, pelos dados de que disponho até o momento. O que estou apontando é que seus textos de 1967 como que concluem a construção do que ele provavelmente chamaria de esquema teórico de referência para a explicação do Brasil e do subdesenvolvimento/dependência/heteronomia. Deste esquema, ele fornece as primeiras indicações em 1955 (em termos de “dependência cultural”) e já expressa descobertas decisivas para elaborá-lo desde os textos de 1959 (formuladas enquanto “estado de dependência fundamental” e como “heteronomia econômica, política e social dos países subdesenvolvidos”) e de 1960 (quando formula que a dependência econômica é a responsável pela heteronomia ideológica e moral, quando vincula a possibilidade de desenvolvimento fundamentalmente à dinâmica das relações entre as classes sociais e quando entende que o desenvolvimento autônomo das nações dependentes supõe como necessidade a aceleração da revolução social por que vêm passando). Em 1965 e 1967, completa a sua definição de capitalismo dependente, então já como um conceito, articulado a toda uma elaboração teórica e avança significativamente na pesquisa sobre as classes sociais sob o capitalismo dependente. (1996, p.91, *grifos nossos*)

Novos elementos se somam ao contexto em que essa última parte é escrita. Dentro da análise de David Maciel (2004), é o período da consolidação da institucionalidade autoritária (1969-1974), quando o governo Médici consolida a ordem autoritária e a derrota da perspectiva liberal conservadora. E é marcado, segundo Mário Maestri, por elementos internos de grande impacto na vida dos brasileiros:

A terceira e última parte foi escrita durante uma conjuntura singular. Na época, em pleno governo Emílio Garrastazu Médici, o Brasil vivia a euforia do “*milagre econômico*”, com a inflação em taxas inferiores aos 20%, e o desenvolvimento do PIB ultrapassando os 11%. Concomitante à euforia desenvolvimentista, a esquerda sofria sua segunda grande derrota. Após o desastre das estratégias colaboracionistas e reformistas, em 1964, a esquerda marxista e as organizações armadas eram irremediável e brutalmente batidas e dizimadas. Em 17 de setembro de 1971, morrera o capitão Lamarca, no interior da Bahia. Em 1973, em silêncio, iniciava a violenta repressão à guerrilha rural do Araguaia, que terminaria apenas em 1975.

No Brasil, o crescimento econômico, o pleno emprego tendencial, a expansão do consumo de bens duráveis, para a classe média, e de semiduráveis, para as classes operárias, criava uma situação que associada à repressão e a uma intensa propaganda dos grandes meios de comunicação social, permitia que a ditadura militar começasse a conquistar os seus momentos de maior consenso.

Vive-se o momento de maior popularidade dos regimes militares, inclusive entre as classes populares, visto que economicamente cumpria com seus objetivos anunciados. Por isso, era também o momento mais delicado de se fazer oposição à ditadura, já que esta buscava justificar (e mascarar) a repressão política oferecendo um momentâneo alívio financeiro à população:

No Brasil, há fenômenos de nosso passado recente que constituem um quase tabu. Com a chamada redemocratização, tendeu-se a apresentar como base de apoio do governo militar apenas as classes burguesas endinheiradas, a alta oficialidade do exército e setores extremistas de direita. Em meados dos anos 70, quando Florestan Fernandes finalizava seu livro, o apoio ao regime militar, ativo ou passivo, estendia-se por uma grande parcela das classes médias e penetrava setores das classes populares.

Nas universidades, onde alguns professores e estudantes eram caçados, aprisionados, exilados, ou mantidos sob uma estrita vigilância, desenvolvia-se um *profissionalismo* e *apoliticismo* em setores dos corpos docente e discente que, nos fatos, constituía uma espécie de contraponto acadêmico do desenvolvimentismo militar. Nestes anos, não era apenas perigoso para um intelectual – por mais prestígio que tivesse – assinalar em um livro sua adesão ao socialismo, e, mais ainda, ao socialismo revolucionário. Nessa época, fazê-lo começava a ser, como o é ainda hoje, definitivamente, de *mauvais goût*. Nesse contexto histórico, é quase desnecessário lembrar, a

redação e a edição de *A revolução burguesa no Brasil* constituía um ato político democrático e militante anti-ditatorial ativo. (MAESTRI, 1996, p.2)

A postura pública contra a ditadura, por meio de *A Revolução Burguesa no Brasil*, será desenhada, teoricamente, com a tese que identifica a *autocracia burguesa* como a forma política própria da dominação burguesa no Brasil. Em linhas gerais, nesta parte afirmará o caráter estrutural do desenvolvimento atípico do capitalismo de tipo dependente. Também preservará os fundamentos da análise exposta nas partes anteriores do livro, como a caracterização patrimonialista e estamental do “antigo regime”.

Tratando diretamente do capítulo *A concretização da Revolução Burguesa* que, como colocado anteriormente, além de iniciar a terceira e última parte do livro, cumpre a função de fazer o arremate entre as questões e formulações expostas nas primeiras partes do livro com as que irão ser construídas na parte seguinte. Nele, seu autor edifica o pilar das afirmações que virão na sequência e delimita o seu foco: formação, crise e consolidação da *dominação burguesa* e do *poder burguês*.

A relação entre o particular e o geral fica ainda mais evidente nessa parte da análise. Ao tratar do capitalismo no Brasil, expõe os seus dilemas como um “drama crônico”, entendido como próprios da situação de dependência, portanto típico do capitalismo dependente, que irá se manifestar como uma cadeia de “impossibilidades históricas”. A ausência de uma ruptura de fato com o passado, manifestada na conciliação com as camadas dominantes, trará consequências inevitáveis para a consolidação da dominação burguesa. Junta-se a essa ausência um agravante que vem da passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista num novo patamar do imperialismo no contexto mundial.

Esse será o primeiro foco da análise: “a natureza do capitalismo (e, portanto, da transformação capitalista) que nos coube, graças à „partilha do mundo”<sup>29</sup>. No final dessa parte Florestan irá se dedicar às consequências e expectativas futuras que esse capitalismo reserva aos seus protagonistas, burguesia e proletariado, com a preocupação de contribuir para uma “intervenção política cientificamente dirigida” (NETTO, 1982).

---

<sup>29</sup> FERNANDES, 2005, p. 238.

A primeira passagem, da acumulação pré-capitalista para o capitalismo competitivo, embora nos países de revolução burguesa clássica tenha significado a crise das camadas superiores até então, no Brasil não chegou a significar uma *crise da oligarquia*. Tratou-se apenas de uma manobra de assimilação do poder nascente, uma “recomposição das estruturas de poder” que marcará o início da modernidade no país e a separação entre a *era senhorial* e a *era burguesa*. Essa unificação terá como espaço central o plano político. É através do Estado que ela se dará e terá neste o principal pilar de sustentação e manutenção do novo arranjo das estruturas de poder.

Como produto dessa reestruturação, teremos uma burguesia de caráter compósito, uma mistura de traços modernizantes vindos das nações capitalistas centrais, mas com fortes elementos oligárquicos, principalmente na concepção política. Cabe reproduzir aqui uma passagem de Florestan onde se revelam as contradições sempre presentes no dilema da burguesia dependente:

A influência modernizadora externa se ampliara e se aprofundara; mas ela morria dentro das fronteiras da difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais para a criação de uma economia capitalista competitiva satélite. Ir além representaria um risco: o de acordar o homem nativo para sonhos de independência e de revolução nacional, que entrariam em conflito com a dominação externa. O impulso modernizador, que vinha de fora e era inegavelmente considerável, anulava-se, assim, antes de tornar-se um fermento verdadeiramente revolucionário, capaz de converter a modernização econômica na base de um salto histórico de maior vulto. A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia a dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes). (FERNANDES, 2005, p. 243).

É nas formas autocráticas de dominação que está a chave explicativa de Florestan Fernandes para o entendimento da dinâmica de funcionamento das estruturas de controle do poder burguês. A autocracia é entendida como um dos elementos do regime anterior que são mantidos, fruto de um “acordo tácito” estabelecido entre as elites das classes dominantes. Porém, ela traz consigo um dilema: se a sua manutenção garantiria o enfrentamento aos descontentamentos

das massas populares, também gerava conflitos no interior das próprias classes dominantes. Ocorre então o fortalecimento de uma “oposição dentro da ordem” que fragiliza a hegemonia das oligarquias agrárias na condução da passagem para o trabalho livre. Mas ao passo que também as forças de “oposição contra a ordem” expandem sua atuação, os conflitos internos das classes dominantes ganham novo sentido. Frente à necessidade de defesa da ordem, tais conflitos deixam de dominar a agenda dessas classes e as forças são voltadas para desarticular a pressão dos “de baixo”, das massas populares. Contra estes a autocracia se revelará cruamente, terá longa duração e se utilizará de múltiplas facetas: “indo do mandonismo, do paternalismo, e do ritualismo eleitoral à manipulação dos movimentos políticos populares, pelos demagogos conservadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal do sindicalismo.” (FERNANDES, 2005, p. 244-245). Não terão muitas dificuldades as elites dominantes de se convencer de que para barrar a ameaça à ordem, todas as forças são necessárias e devem ser utilizadas sem pudores: a repressão aos movimentos populares e operários ganha força de lei.

Se a oligarquia, na passagem para o trabalho livre, é abalada pela perda da sua base material e política, compensará concentrando seus esforços em usar o seu largo poder distribuído por toda a extensão da sociedade brasileira para dirigir tal transformação. Assim, aproveitando do seu lugar privilegiado, fará dessa “crise” o seu processo de reincorporação no novo arranjo de poder em construção. A oligarquia antiga (agrária) se fundirá com a moderna (comercial, financeira e industrial) e levará como saldo uma ampliação do seu poder conformando-se como aquela que dará as diretrizes da passagem de uma sociedade pré-capitalista para aquela propriamente capitalista. As camadas burguesas nascentes se submetem a sua direção, visto que a oligarquia tem as maiores condições de afastar o perigo da revolta contra a ordem, da “desordem da economia”, da “dissolução da propriedade” ou o “desgoverno da sociedade”, os temores principais da época.

Essa “crise” – como um processo normal de diferenciação e de reintegração do poder – tornou os interesses especificamente oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis, favorecendo um rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia “tradicional” para a “moderna” (algo que se iniciara no último quartel do século XIX, quando o envolvimento da aristocracia agrária pelo “mundo urbano dos negócios” se tornou mais intenso e apresentou seus principais frutos políticos). (FERNANDES, 2005, p. 245).

A hegemonia da oligarquia, agora “menos visível e mais flexível”, manifesta-se também na definição do que Florestan Fernandes chamará de seu inimigo comum: se antes era o escravo, a oligarquia define que agora é o “assalariado ou semi-assalariado do campo e da cidade” o novo agente social para o qual não cabe qualquer concessão (só subordinada), portanto, impossível abrir qualquer espaço político para a disputa aberta de poder.

Florestan dialoga nesse momento com as teses que defendem que a “inviabilidade” de uma burguesia pura, nos moldes da Revolução Burguesa de tipo “clássico”, enfraqueceria a burguesia nativa perante as pressões vindas “de baixo”, ou a levaria a um caráter irracional e irresponsável. Ele contraria tal tese inserindo como elemento chave para essa análise a relação com as forças políticas e sociais. Não é possível, portanto, determinar se uma burguesia é débil ou forte por ela mesma, mas é na relação com as outras classes que ela se define, ou seja, fruto das tensões provocadas pela luta de classes.

O autor dará mais atenção ao problema gerado pela opção da burguesia por “reduzir seu campo de atuação histórica” e “fechar o espaço político que se abria exatamente à mudança social construtiva”. A questão coloca-se em termos de:

como conciliar a expansão interna do capitalismo competitivo com os marcos tão recentes do passado colonial e neocolonial, ainda vivos no processo de descolonização em curso ou, pior, nos processos de acumulação capitalista recém-adotados na economia agrária? (FERNANDES, 2005, p. 251).

A tarefa da burguesia nativa se complexifica, visto que o tipo de capitalismo aqui engendrado, oriundo da situação exposta acima, conforma-se como um *capitalismo difícil*: “deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parceiras e amas-secas.”<sup>30</sup> Assim, o capitalismo dependente traz em si a oposição com a “revolução nacional e democrática”. Aqui retorna à questão inicial lançada da inviabilidade da revolução burguesa no Brasil e afirma:

É inteiramente ingênuo supor-se que ela seja inviável em si e por si mesma, sem que outras forças sociais destruam ou as bases de poder, que a tornam possível, ou as estruturas de poder, que dela resultam (e que adquirem crescente estabilidade com a consolidação da dominação burguesa). (FERNANDES, 2005, p. 252).

---

<sup>30</sup> FERNANDES, 2005, p.251.

Se ela é viável, porém, não será nos mesmos moldes das revoluções burguesas, como bem exemplifica o tipo de democracia aqui instalada.

A segunda parte do capítulo é dedicada às questões referentes ao poder burguês no Brasil e à sua crise, na passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Coloca que também foi um momento de ilusões com a burguesia, de que ela seria capaz de orientar-se pela democracia e nacionalismo. Porém, essa passagem não foi determinada por impulsos revolucionários ou por necessidades do mercado interno, mas desde fora e também:

[...] o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo. (FERNANDES, 2005, p. 253).

Nos marcos dos anos 1930, a burguesia encontrava-se sob tripla pressão: 1) de fora para dentro, o que ameaça suas bases de dominação; 2) interna, vinda do proletariado e das massas populares, que embora colocada dentro das margens da “revolução dentro da ordem”, amedrontava os “círculos conservadores influentes” e, 3) da intervenção direta do Estado na economia que preocupava a iniciativa privada que a entendia como mecanismo de limitação das suas ações. Essas pressões estarão na base das transformações futuras do arranjo da dominação burguesa, pois:

Para reagir a essas três pressões, que afetavam de maneiras muito diversas as bases materiais e a eficácia política do poder burguês, os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução autodefensiva, através da qual a forma e funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente. O processo culminou na conquista de uma nova posição de força e de barganha, que garantiu, de um golpe, a continuidade do *status quo ante* e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava. (FERNANDES, 2005, p. 255 – grifos nossos).

Essa “nova posição de força e de barganha”, garantida pelos novos contornos que a dominação burguesa adquire, compensará a burguesia fortalecendo os três

eixos centrais do sistema sócio-metabólico do capital<sup>31</sup>: **capital**: a burguesia passa a ter associação mais íntima com o capital financeiro; **trabalho assalariado**: fortalece a repressão, pela violência ou intimidação, a qualquer manifestação operária ou popular e, o **Estado**: transforma-o em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto política quanto social e economicamente.

Florestan trata aqui diretamente do período da ditadura civil-militar, momento que marca o auge da retomada da dominação burguesa, quando a burguesia aproveita-se das oportunidades históricas para revitalizar e unificar o poder burguês através da centralização do poder garantida pelos militares. É o momento em que:

Pela primeira vez na história do país, a dominação burguesa mostrou-se plenamente como ela é, evidenciando as forças sociais que a compõem e como ela própria funciona; e pela primeira vez também ela se manifestou de modo coletivo (não através de um setor hegemônico, de uma conglomeração passageira ou de um grupo reinante), logrando como tal a transformação política pela qual lutara desorientadamente desde a década de 1920. (FERNANDES, 2005, P. 255-256).

No momento em que Florestan escreve esse livro, a ditadura civil-militar ainda está em curso e como ela se configuraria no futuro e por quanto tempo ainda seria acionada são questões ainda a serem respondidas pelo tempo. Porém, a interpretação de seu papel histórico já é apresentada a partir do exercício da análise do tipo de capitalismo possível no Brasil, do eixo que norteia o seu desenvolvimento e a função do Estado que o acompanha. Assim, como vem mostrando a análise de Florestan Fernandes, a esfera política se consolida como espaço onde se conformam os acordos e arranjos socioeconômicos necessários para a manutenção do *status quo* ou para empreender de forma segura, para as classes dominantes, as transições requisitadas pelos padrões de dominação externa.

A crise do poder burguês não se resolveu mediante a evolução interna do capitalismo competitivo. Do mesmo modo, o vigor adquirido pela aceleração do crescimento econômico e, em particular, pela expansão do capitalismo monopolista não se produziu, especificamente, como puro efeito do desenvolvimento capitalista espontâneo. No momento do impasse, a chave das decisões saiu da esfera do político. A reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação da política econômica sob a égide do Estado, foram a mola mestra de todo o processo de “recuperação” e de volta à “normalidade”. (FERNANDES, 2005, p. 257).

---

<sup>31</sup> Aqui recorro ao conceito de sistema sócio-metabólico do capital de István Mészáros (2002).

A “normalidade” apontada por Florestan Fernandes tem como principal característica consolidar a dominação burguesa, de caráter heterogêneo e compósito. Ao mesmo tempo em que, internamente, impõe o poder de uma burguesia formada da amálgama com a oligarquia agrária, externamente busca conciliar os interesses dessa burguesia nativa com os ditames da dominação externa. Na sequência da citação anterior, Florestan trata desse ponto:

Todavia, nada disso foi posto a serviço de uma transição independente e não ocorreu nenhuma ruptura nas relações de dependência: ao contrário, atrás da crise política (a partir de dentro) havia uma crise econômica (de fora para dentro), e esta se resolveu através da reorganização do padrão de dominação externa (que é o que significou a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista: uma nova forma de submissão ao imperialismo). Coerente com sua lógica econômica e política, o poder burguês fez da *iniciativa privada* e de seu sistema um verdadeiro bastião, que protege e une os interesses privados internos e externos (agora associados ao poder público também no nível econômico). Em nome do “desenvolvimento econômico acelerado”, ampliou-se e aprofundou-se, portanto, a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas internacionais de poder. Um capítulo na história econômica do Brasil se encerrou; e, com ele, foi arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa. Outro capítulo se abriu, pelo qual o passado se repete no presente: mais uma vez o privilegiamento do agente econômico, social e político principal serve de base a toda a nova evolução. Só que, agora, aceita a ideia e a prática da *revolução de cima para baixo* (que é como se “legítima” a *revolução institucional*), o sentido da dominação burguesa se desmascara, deixando a nu sua natureza incoercivelmente autocrática, “contra quem” ela se faz e sua incapacidade de realizar os alvos históricos com que se identificara durante todo o período republicano. (FERNANDES, 2005, p. 257-258).

Finda-se uma fase para o Brasil, quando são lançados os elementos históricos do caráter essencialmente contrarrevolucionário da Revolução Burguesa aqui engendrada. A autocracia persistirá, agora como a forma mais adequada à situação que se desenha a partir dos desdobramentos desse caráter.

Florestan analisará etapa a etapa do capitalismo no Brasil, a saber, mercado capitalista moderno, o capitalismo concorrencial e o capitalismo monopolista, serão analisadas em sua conformação com as condições históricas existentes: nações periféricas e heteronômicas. Aqui, o autor traçará de forma detalhada os elementos econômicos que desencadeiam e dão forma às saídas políticas encontradas pelas burguesias nativas.

A primeira dessas fases caracteriza a transição do regime colonial ao neocolonial, da abertura dos portos até a década de 1860, quando da crise estrutural

do escravismo enquanto sistema de produção. As relações fundamentais que dão sentido ao mercado capitalista moderno no Brasil apresentam-se, na obra, em três enlaces: da economia interna com o mercado mundial e com o mercado inglês, hegemônico no momento; do mercado capitalista moderno à cidade e à sua população que apresenta possibilidades de crescimento por meio de um mercado interno; e do mercado capitalista moderno com o sistema de produção escravista. Nesse último, apontando a relação visceral entre a emergência do trabalho livre no meio urbano e a permanência do trabalho escravo, como base material necessária para o crescimento urbano-comercial.

Ao tratar dessas duas primeiras fases, Florestan reafirma as elaborações já expostas na primeira e segunda partes do livro. A conceituação é mantida, pois é desdobramento do seu entendimento do período correspondente que também é mantido. Mantém, portanto, a interpretação de que até o momento de formação de um *mercado capitalista moderno* a acumulação era de tipo estamental.

Ao analisar o capitalismo competitivo no seu apogeu, identifica três eventos principais: um segundo surto industrial, incorporação do capitalismo no campo e a associação da oligarquia agrária com o capital financeiro assume um novo estilo. A nova fase econômica significava um salto qualitativo às transformações quantitativas que já vinham ocorrendo no interior da fase anterior:

Impunha-se a reorganização do espaço ecológico, econômico e social, para ajustá-lo não só a potencialidades reais ou virtuais do desenvolvimento capitalista, mas aos dinamismos das sociedades hegemônicas, que irrompiam na periferia, precisando de condições concretas para se consolidarem e se expandirem. (FERNANDES, 2005, p. 273).

Esses dinamismos não serão mais incorporados através de controle indireto, mas do desenvolvimento institucional da livre empresa, em todos os níveis do comércio e, progressivamente, para o setor bancário e produtivo. Assim se processa uma expansão das dinâmicas e estruturas das nações centrais para o mercado capitalista periférico, entre elas, estrutura urbana, transportes e tecnologias até novos padrões de ensino e estilo de vida.

O processo de transição se estenderá do último quartel do século XIX e 1º Guerra Mundial e quando o mercado capitalista moderno se transforma por completo assumindo funções antes inexistentes como a centralização de capital de operações financeiras e comerciais, e também acaba por dar forma nacional à economia ao

“ligar e integrar, gradualmente, localidades e regiões descontínuas e muito distantes entre si, imprimindo à relação capitalista uma função unificadora nacional de que ela fora, anteriormente, destituída.” (FERNANDES, 2005, p. 279).

Outra consequência será a substituição do trabalho artesanal pela produção manufatureira e industrial. Assim, como já colocado, o sentido dessa expansão se dará a partir do comércio para o setor produtivo, atingindo até mesmo a produção agrária resistente à “modernização”. O mercado, então,

irrompe como uma força revolucionária, que desagrega a ordem escravista preexistente, com a rígida bipolarização que ela instituíra nas relações de poder, e engendra uma formação societária nova, fundada em relações competitivas. (FERNANDES, 2005, p. 280).

O que cabe ressaltar nesse momento da análise é que Florestan busca chamar a atenção para o que ele chama de “pano de fundo” dessas transformações, e que, em sua visão, é geralmente negligenciado:

Nessa etapa, o mercado capitalista moderno põe os homens uns diante dos outros em termos do valor de seus bens e serviços. Classifica-os fora e acima da ordem estamental e de castas da sociedade escravista, erguendo forças muito ativas contra esta e forçando os homens livres a “passar pelo mercado” para fins de estratificação social. Isso significa o fim da escravidão, pois esta não poderia manter-se a partir do momento em que o mercado era visto e aceito como uma fonte legítima de classificação social. E também significa o começo de uma nova era, que iria consolidar-se no trabalho livre. Vendo-se as coisas desta perspectiva, no Brasil a “crise do antigo regime” lança aí suas raízes. Forma-se e difunde-se, aos poucos, uma nova mentalidade econômica, social e política, que serve de pião à irrupção do povo na cena histórica. (FERNANDES, 2005, p. 280).

Esse momento marca, na tese do autor, a passagem também do trabalho escravo para o trabalho livre. Concomitante a esse momento dá-se também o surgimento de uma identificação das massas despossuídas enquanto agente político: “primeiro, lutando contra os excessos dos senhores e pela Abolição; em seguida, lançando-se às greves e saindo às ruas para exercer pressão política contra os excessos da dominação oligárquica e pelo advento da „democracia burguesa“.” (FERNANDES, 2005, p. 280).

Por outro lado, as classes dominantes na passagem ao capitalismo competitivo, reafirmam sua escolha pela dependência. Não foi negada e nem firmemente contrariada a *dupla articulação* que caracterizam as relações

econômicas do Brasil que é definida, em termos nacionais, pelo *desenvolvimento desigual* (articula internamente setores arcaicos a setores modernos da produção) e, em termos internacionais, pela *dominação imperialista* que se manifesta na associação dependente às economias capitalistas das nações hegemônicas.

Entre o fim da 1ª Guerra Mundial, a crise de 1929 e o Estado Novo o capitalismo competitivo atinge sua fase áurea. Nesse momento o capitalismo logra incorporar-se ao espaço rural e inaugura uma nova forma de associação das oligarquias agrárias ao capital financeiro.

A infraestrutura necessária para erguer “um complexo sistema de produção industrial” (Ibdem, p. 287) só será possível através do Estado, que somará às suas funções a de promotor do desenvolvimento, através das suas empresas públicas, exemplo da Petrobrás e Volta Redonda. Porém, medidas estas que poderiam significar a possibilidade de contestação da *dupla articulação*, mas Estado interfere para garantir a que seus grandes beneficiários sejam os interesses privados.

Os golpes à lógica de desenvolvimento do capitalismo competitivo no Brasil se deram a partir da economia externa, portanto, de fora para dentro quando nas nações hegemônicas o capitalismo competitivo já estava em crise. Alguns pilares foram aos poucos dissipados, centralmente, a hegemonia da Inglaterra sobre a economia brasileira será substituída, gradualmente, pela dos Estados Unidos.

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. (FERNANDES, 2005, p. 293).

A limitação da dinâmica dos agentes internos da economia projeta a história de *circuito fechado*, fadada à condição de dependência, e permite mais uma vez que a transição, dessa vez para o capitalismo monopolista, seja ditada pelos interesses externos.

Serão as grandes corporações, não mais uma nação ou grupo de nações em específico – estas agora passarão para à função de polos de sustentação econômica, social e política daquelas -, que irão conduzir e orientar o desenvolvimento do capitalismo sob bases monopolistas. Essas transformações ocorrem num contexto difícil até mesmo para as nações hegemônicas e irá trazer consequências mais duras aos países periféricos:

O fim da Segunda Guerra Mundial delimita o início de uma nova era, na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes. Os fatos cruciais, nessa evolução, são a revolução iugoslava, o advento das democracias populares, a revolução chinesa e a revolução cubana. Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o “mundo capitalista”, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo. (FERNANDES, 2005, p. 297).

As revoluções socialistas que despontam nesse contexto vêm a fortalecer a expansão do socialismo pelo mundo, antes praticamente restrito à União Soviética. Daí vem a confirmação da importância que a dimensão política assume nesse processo, tanto no sentido da transferência do padrão de desenvolvimento do capitalismo monopolista das economias centrais para as economias periféricas, como no curso da sua consolidação no interior destas. Alguns aspectos se manifestam na exigência de estabilidade política e na disseminação de projetos vindos das nações hegemônicas, como de assistência econômica, financeira, tecnológica, com interesse de elevar o controle e poder da burguesia e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas. Assim evitava-se também a erupção de protestos de qualquer caráter contra a intensificação das diversas desigualdades inerentes a esse processo. A isso se chamava “desenvolvimento com segurança” na ótica das grandes corporações, e era implementada com a concordância das classes possuidoras internas e do Estado, sem a qual não seria possível realizar:

[...] alterações tão profundas dos mecanismos de mercado, na organização do mercado financeiro e de capitais, nas dimensões da produção industrial, e medidas correlatas tão complexas (e, ao mesmo tempo, tão nocivas para vários grupos e classes sociais, inclusive empresariais), referentes à política econômica e à aplicação de incentivos que privilegiam as economias industriais de escala e a exportação [...]. (FERNANDES, 2005, p. 302).

No Brasil, o capitalismo monopolista enquanto “realidade histórica irreversível” só será realizado a partir da década de 1950, tardiamente se comparado com as nações hegemônicas, pois até então era as corporações apenas drenavam para fora parte do excedente que iria consolidar o capitalismo monopolista nas próprias economias centrais.

Um momento fundamental para a consolidação da fase monopolista no país foi possível depois da imposição dos governos militares ao poder, assim, os interesses das grandes corporações tiveram prioridade e “começa a configurar-se o espaço econômico típico de que elas necessitavam para crescer” (FERNANDES, 2005, p. 301). Foi essa “decisão interna” que permite a transição ao capitalismo monopolista mantendo a associação dependente do Brasil. As bases dessa decisão parte, segundo Florestan, de duas ilusões: 1) de que seria possível resolver, dentro da ordem, os problemas de toda ordem herdados do período neocolonial ou surgidos do capitalismo competitivo de tipo dependente; 2) de que seria transitória a regressão do poder econômico da iniciativa privada e interna e do Estado. Aqui, Florestan reforça o caráter permanente das condições colocadas pela dependência:

A verdadeira dificuldade foi escamoteada. Ignorou-se que ela não estava nos padrões alternativos de desenvolvimento capitalista, mas na dupla articulação. Mantida esta, o novo padrão de desenvolvimento capitalista terá de gerar, em termos estruturais, funcionais e históricos, novas modalidades de dependência em relação às economias centrais e novas formas relativas de subdesenvolvimento; e não como algo transitório, mas permanente. (FERNANDES, 2005, p. 304).

O Estado será um instrumento dessa estruturação da dependência, se converterá na “espinha dorsal da adaptação do espaço econômico e político interno aos requisitos estruturais e dinâmicos do capitalismo monopolista.”<sup>32</sup> Terá importância central em todo o processo de consolidação desses novos impulsos econômicos e políticos próprios da reorganização do capitalismo a nível mundial.

No decorrer do capítulo, Florestan irá se concentrar em três questões: 1) a solução à crise do poder burguês; 2) as suas consequências e repercussões imeditadas e 3) o que essa transição representa para as classes sociais antagônicas à dominação burguesa. Esse trajeto de análise conforma a sua preocupação central final: retirar da orientação política das classes dominantes para a conformação e fortalecimento do seu poder, elementos para a orientação política das classes despossuídas e oprimidas na construção das condições históricas para a superação de sua condição.

Chega-se à conclusão de que a burguesia novamente perde sua “oportunidade histórica” de desenvolver uma transição com bases autônomas. Pelo

---

<sup>32</sup> FERNANDES, 2005, p. 305.

contrário, dá um passo atrás e reafirma as formas políticas de origem oligárquica. Florestan reforça a sua tese que nega a existência de uma crise estrutural do poder oligárquico e defende que o seu carácter foi conjuntural e histórico. Os setores urbano-comerciais, caso tivessem posição firme contra a oligarquia agrária, colocariam em risco a dupla articulação o que não estava no horizonte do “novo setor”. A forte “solidariedade de classe” será fundamental para conciliar os interesses dos dois setores.

Essa conciliação de interesses dos setores das classes dominantes para garantir a estabilidade política e manter seus privilégios é o cerne também para garantir a superação da crise do poder burguês: a capacidade da iniciativa interna em absorver os imperativos económicos das grandes corporações; a capacidade da burguesia de automobilização como *classe possuidora e privilegiada* e; o papel do Estado como eixo político da recomposição da dominação burguesa, convertendo-se em espaço aberto dos interesses particularistas da iniciativa privada. Assim, “o Estado se constituía no veículo por excelência do poder burguês”<sup>33</sup>.

Nesse último ponto, a transição para o capitalismo monopolista, de tipo dependente, exigirá uma extrema concentração de poder político estatal e dissociação entre o desenvolvimento económico e o político: se por um lado o desenvolvimento económico pauta-se pela racionalização e modernização, por outro, politicamente é essencialmente contrarrevolucionário. Assim a clássica democracia burguesa não encontra espaço nessa contextualidade histórica, a sua forma política predominante corresponderá a uma “versão tecnocrática da democracia restrita”, ou, mais precisamente, uma *autocracia burguesa*.

Florestan chama a atenção para elementos do contexto internacional que irão incidir sobre a constituição do capitalismo monopolista nos países dependentes. O capitalismo em geral passa por uma grave crise mundial, quando as “opções históricas de ponta se fazem noutra direção, contra o capitalismo.”<sup>34</sup> No momento em que está em implantação nos países periféricos o capitalismo monopolista, este terá então que assumir não uma versão revolucionária, mas o seu contrário, a partir do apelo por contrarrevoluções defensivas.

A ditadura civil-militar é a face mais clara desse processo. Em curso no momento em que Florestan escreve todo o livro, como colocamos anteriormente,

---

<sup>33</sup> FERNANDES, 2005, p. 312.

<sup>34</sup> FERNANDES, 2005, p. 315.

ainda estão em tom de dúvida as possibilidades de sua permanência. Florestan interroga se a utilização da violência na forma institucionalizada e da opressão permanente seria útil mesmo depois da fase de transição. Sua análise caminha para afirmar o contrário:

Em suma, o capitalismo monopolista não poderá prevalecer se não for capaz de oferecer uma alternativa real em face do socialismo. Impô-lo, pura e simplesmente, é uma técnica precária, que se esgotará em duas ou três décadas, se não antes disso. O que significa que a opção final caberá às maiorias silenciosas dos pobres e excluídos. Poderá o capitalismo monopolista conquistar o seu apoio concreto? A julgar pelas perspectivas brasileiras, a resposta é *não!* Ele se associa, em sua eclosão, a práticas econômicas e políticas tão iníquas, antidemocráticas e desumanas, que aparecerá, para as massas, como o *paraíso* dos ricos, dos poderosos e dos privilegiados. Herda toda a carga negativa que nasce da fusão de velhos e novos “exploradores do povo”. (FERNANDES, 2005, p. 316).

Poucos anos mais tarde, recordando que essa parte do livro é redigida no ano de 1973, a tendência sobre o fim próximo da ditadura civil-militar sinalizada por Florestan irá se concretizar. Já no ano seguinte iria iniciar o primeiro período do projeto distensionista que se encerraria em 1977, com o *Pacote de Abril*<sup>35</sup> (MACIEL, 2004). Ficará claro também, ao ser iniciada a fase de distensão dos governos militares, que o saldo da ditadura não havia sido o prometido: mudanças sociais, econômicas e políticas que trouxessem melhores condições de vida para a população em geral. Pelo contrário, as greves e mobilizações que se fortalecem a partir do final da década de 1970, atestam o fracasso geral da ditadura para as classes antagônicas ao projeto burguês. Afinal, o seu saldo foi agravar a situação já crítica dos países periféricos, concentrando ainda mais a renda e cristaliza tal concentração em termos extremos como aspecto permanente do capitalismo dependente.

Com a consolidação do capitalismo monopolista, a nível mundial, o imperialismo toma novas proporções. Converte-se num *imperialismo total*<sup>36</sup>, que “não conhece fronteiras e não tem freios.” Como coloca Florestan (2005, p. 320):

<sup>35</sup> Segundo Maciel (2004), das contradições inerentes ao projeto distensionista nasce o Pacote de Abril outorgou a reforma do Judiciário, suspendendo eleições diretas para governadores e senadores, em suma, “prorrogou o projeto distensionista sob o reforço do cesarismo militar para o próximo governo” (p.150).

<sup>36</sup> Em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1981a), Florestan apresenta sua análise do imperialismo na perspectiva dos padrões de dominação externa nos países periféricos. Ali coloca que, anterior à fase imperialista hegemônica pelos Estados Unidos, havia a fase do *imperialismo restrito*, caracterizado pela “concorrência nacional entre economias capitalistas

Nessa situação, o industrialismo e a prosperidade capitalista virão finalmente, mas trazendo consigo uma forma de articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial que jamais poderá ser destruída, mantidas as atuais condições, dentro e através do capitalismo.

Ao voltar-se para o significado do capitalismo monopolista para as classes antagônicas à dominação burguesa, Florestan levanta os aspectos que dizem respeito à possibilidade dessas classes de construir a ruptura com a ordem capitalista. Se, por um lado, o capitalismo monopolista aumenta o abismo já existente entre as classes, também dará fôlego à formação do proletariado urbano e industrial que, por imposição das condições extremas de desigualdade, forçará as portas do espaço político apenas restrito à classe dominante.

De súbito, não é só o poder burguês que se restaura e recompõe. Simetricamente, o *povo* muda de configuração estrutural e histórica, e o proletariado adquire um novo peso econômico, social e político dentro da sociedade brasileira. Pode-se dizer que é um começo e que tal evolução nem sequer serve para contrabalançar os efeitos ultra-elitistas das transformações ocorridas no nível das classes possuidoras. (FERNANDES, 2005, p. 325-326).

Florestan atenta-se às contradições postas pela fase monopolista do capitalismo no Brasil com relação às possibilidades de fortalecimento da organização proletária. Ele avista “mudanças profundas nos mecanismos de consciência de classe, de luta de classes e de solidariedade das classes operárias no Brasil.”<sup>37</sup> Uma relativa melhora na participação econômica dessas classes, inserindo-se de fato no consumo de massa, foi interpretada por correntes socialistas e sindicalistas como uma influência negativa levando a um “aburguesamento” da classe. Florestan, baseado nas contribuições de Lênin sobre os sindicatos, embora admita como coerente tal, entende que nas condições brasileiras a organização sindical dos trabalhadores ganha muito mais com a melhoria da base material da vida destes, pois aumenta assim também o seu “poder de barganha”.

---

avançadas” (p.21), impulsionado pela revolução industrial na Europa e que inaugurou o capitalismo dependente nos países da América Latina. Com o surgimento das grandes empresas corporativas, ou seja, do capital monopolista, engendra-se um novo imperialismo com o intuito de superar as contradições advindas dessa nova realidade: o *imperialismo total*. Nesse momento, com a ameaça da expansão da forte economia socialista, o que está em jogo é a defesa do capitalismo em si, pelo qual as burguesias dos países avançados foram levadas a “aceitar” a hegemonia estadunidense.

<sup>37</sup> FERNANDES, 2005, p. 326.

Portanto, a transformação da base econômica relativa das classes operárias é, em si mesma, uma condição muito importante não só para o fortalecimento e a consolidação de formas autônomas, autodefensivas e agressivas de comportamento de classe no meio operário. Tais formas de comportamento de classe, até o presente, só foram acessíveis às classes possuidoras e às suas elites, que apenas as empregaram para defender os seus interesses de classe e “preservar a ordem”, através das sucessivas revoluções econômicas, sociais e políticas que marcam as metamorfoses do capitalismo no Brasil. [...] Pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados, em geral, e as classes operárias, em particular, deixarão de ser meros instrumentos e vítimas-mudas passivas do desenvolvimento capitalista. (FERNANDES, 2005, p. 327-328).

Abre-se caminho, por fora dos interesses do capitalismo monopolista, para o fortalecimento da organização daqueles nos quais os ideais nacionalistas e democráticos encontra sua base material, porém já num momento em que não mais poderão se concretizar nos limites da ordem estabelecida. Florestan aposta na “renovação” do movimento sindical, algo que iria de fato ocorrer nos anos seguintes com as greves dos metalúrgicos à frente, no final dos anos 1970 e a posterior criação da Central Única dos Trabalhadores, representante do “novo sindicalismo”<sup>38</sup>.

O “padrão de composição e de funcionamento do regime de classes” (p. 331) será também alterado no contexto das transformações em curso. Será então retirado do seu “estado de latência”, e colocará na cena política as pautas populares, momento em que, seja abrindo concessões ou reprimindo, terá de alguma forma de dar respostas às pressões dos “de baixo”.

---

<sup>38</sup> Aqui não entraremos no debate acerca da trajetória da CUT e de como se desvirtuou do compromisso de luta contra o sindicalismo de Estado e a autocracia burguesa assumido na sua criação, para isso cabe a leitura da análise de David Maciel (2010; 2011). No texto de 2010, Maciel analisa centralmente o Partido dos Trabalhadores, e tangencialmente a CUT, como seu braço sindical. Ele também aponta certo otimismo nas análises de Florestan Fernandes de anos mais tarde, quanto ao sindicalismo no Brasil, embora o mesmo já apontasse também os riscos a serem combatidos: “Apesar desta visão otimista e algo „messiânica”, Florestan também alertava para as possibilidades do movimento das classes subalternas perder sua radicalidade e tornar-se incapaz de cumprir as tarefas históricas que lhe cabiam. Numa obra curta, mas muito importante, redigida como sua intervenção pessoal no I Congresso do PT, intitulada O PT em movimento (1991), Florestan localiza claramente os problemas e desafios colocados diante do partido e do movimento social dos trabalhadores pela dinâmica da luta de classes. Segundo ele, a não compreensão do caráter da luta política proletária e socialista num país de capitalismo atrasado e dependente como o Brasil e das próprias configurações assumidas pelo conflito capital/trabalho depois da Segunda Guerra Mundial impediam o partido de compreender claramente seu papel e sua missão histórica, enfraquecendo-o diante do conservadorismo das classes dominantes, impedindo-o de assumir um programa que articulasse dialeticamente as tarefas da “revolução dentro da ordem” com as da “revolução contra a ordem” e referendando, de um lado, as vacilações ideológicas na defesa do socialismo, e de outro o doutrinário de determinadas correntes petistas, demasiadamente presas às técnicas revolucionárias emanadas da experiência da Revolução Russa.” (p. 108-109).

Na sua análise vão se evidenciando ao longo do livro a dialética presente na relação entre estrutura e história. Assim, a sua afirmação dos rumos possíveis daquele momento baseia-se na consideração de fatores estruturais e históricos internos e externos, da luta de classes no plano nacional, mas também da luta de classes a nível mundial no momento polarizada entre as nações socialistas e as capitalistas.

### 3.2. A autocracia burguesa se disfarça de democracia: o fruto genuíno da Revolução Burguesa no Brasil.

Florestan dedica todo o último capítulo da obra para tratar do *Modelo autocrático-burguês e transformação capitalista*, aí concentrará as suas contribuições ao debate sobre o padrão autocrático de dominação burguesa constituído no Brasil, em relação direta ao padrão de desenvolvimento capitalista, de tipo dependente, único viável para as condições da sociedade brasileira. Sua análise estará sustentada sobre a articulação entre a *dominação burguesa* e a *transformação capitalista* que se constrói nos países periféricos de economia dependente e subdesenvolvida. Primeiro se debruçará sobre a concretização da transformação capitalista; depois sobre o padrão *concreto* de dominação burguesa, e por último, a relação entre dominação burguesa e transformação capitalista, com foco sobre as formas como acompanham ou rompem com as determinações um do outro.

Na definição de suas categorias, dialoga com as concepções de Lênin quanto à Revolução Burguesa definindo suas manifestações concretas em termos de “casos clássicos”, “casos comuns” (determinados de fora para dentro) e “casos atípicos” (como Alemanha e Japão). Dessa forma, Florestan procura afastar um primeiro equívoco por ele apontado: o de que o “esquema” da Revolução Burguesa no Brasil poderia ser idêntico ao das nações capitalistas centrais e hegemônicas, o que pressupõe que a dependência e o subdesenvolvimento seriam estágios passageiros. Florestan reafirma o caráter permanente dessa condição, pois tal superação exigiria a ruptura com a dominação externa, o que nunca esteve em pauta pelas classes dominantes. Também nega a possibilidade de, mesmo se a

autonomização fosse possível, atingir a mesma condição dos “casos clássicos”, como nos exemplos do Japão e Alemanha.

Um apontamento sobre a perspectiva metodológica adotada por Florestan evidencia-se na seguinte passagem:

O que a parte dependente da periferia “absorve” e, portanto, “repete” com referência aos “casos clássicos” são traços estruturais e dinâmicos essenciais, que caracterizam a existência do que Marx designava como uma economia mercantil, a mais-valia relativa etc. e a emergência de uma economia competitiva diferenciada ou de uma economia monopolista articulada etc. Isso garante uniformidades fundamentais, sem as quais a parte dependente da periferia não seria *capitalista* e não poderia participar de dinamismos de crescimento ou de desenvolvimento das economias capitalistas centrais. No entanto, a essas uniformidades – que não explicam a expropriação capitalista inerente à dominação imperialista e, portanto, a dependência e o subdesenvolvimento – se superpõem diferenças fundamentais, que emanam do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista da periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado, articulando no mesmo padrão as economias capitalistas centrais e as economias capitalistas periféricas. (FERNANDES, 2005, p. 339-340).

Colocado em termos de relação entre *uniformidades fundamentais* e *diferenças fundamentais*, Florestan expressa sua compreensão entre os imperativos gerais do sistema, os “traços estruturais e dinâmicos essenciais”, as *uniformidades*; e a particularidade assumida nas condições brasileiras de transformação capitalista, as *diferenças*, a saber: dominação imperialista, dependência e subdesenvolvimento.

A dimensão autocrática da dominação burguesa é então uma *diferença fundamental* que caracteriza a Revolução burguesa em países dependentes e periféricos. O que se sintetiza na sua incompatibilidade com formas democráticas de dominação, manifestando-se pela “forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia.” (FERNANDES, 2005, p. 340). A democracia burguesa, reforça Florestan, estará restrita aos membros das classes possuidoras que sustentam a dominação burguesa.

Elemento fundamental para entender a essência da dominação burguesa nas economias dependentes está presente num aspecto, segundo Florestan, pouco lembrado: a apropriação do excedente econômico que se efetiva de forma dual, pois se dá internamente, pela burguesia nacional, e desde fora, pelas burguesias dos países capitalistas hegemônicos; essa apropriação dual provoca uma “hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa.” (*Idem*, p. 341). As suas consequências, como a extrema concentração de renda e superexploração

da classe trabalhadora, sobrecarregam e exigem que a dominação burguesa assuma funções especificamente políticas para garantir a autodefesa da sua classe e a repressão às classes antagônicas. A esfera política torna-se central para a manutenção desse capitalismo selvagem e difícil que convive com a extrema concentração social de riqueza.

A centralidade das burguesias dependentes e das burguesias das nações centrais está em “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore.” (Idem, p. 343). Esse interesse em comum irá se manifestar nos países de capitalismo dependente, de forma particular, em “ações políticas de classe profundamente reacionárias” que, à diferença dos países de Revolução Burguesa de tipo clássico, irão revelar “a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe” (Ibdem). Assim:

A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irreduzíveis e essenciais, que explicam as “virtudes” e os “defeitos” e as “realizações históricas” da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados, de fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. O “nacionalismo burguês” enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo. (FERNANDES, 2005, p. 343).

As formas autocráticas de dominação burguesa mostram-se compatíveis com ideologias políticas conservadoras de diferentes matizes e que se unificam em torno da necessidade de manutenção segura da ordem. Assim, até mesmo por trás de pretensões republicanas, escondem-se elementos fascistóides que permanecem incrustados à estrutura maior da dominação burguesa nos países de capitalismo dependente: o Estado.

Em suma, trata-se de consequências de uma Revolução Burguesa sem caráter revolucionário, que, pelo contrário, por seu atraso torna a sua apropriação permanentemente contrarrevolucionária. Um padrão compósito e articulado de hegemonia burguesa que possui uma precária base de sustentação estrutural e histórica. E, um Estado capitalista autocrático-burguês que se forjou como fruto desse processo, sob bases estruturais de uma burguesia interna que não são compatíveis com uma posição de autoafirmação para o exterior, que nesse plano o

relega a desempenhar funções apenas passivas. Além de uma incorporação dependente ao capitalismo mundial, ainda mais reforçada sob os imperativos de um *imperialismo total*. Em síntese:

Isso nos coloca, certamente, diante do *poder burguês* em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou possível e necessária graças ao seu estado de paroxismo político. Um poder que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado *nacional* e *democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva. (FERNANDES, 2005, p. 346)

A expressão mais clara do caráter do poder burguês é a ditadura civil-militar que ganha espaço no seu período de crise e assume a função de completar o ciclo da Revolução Burguesa, mas dentro dos limites do capitalismo dependente, enquanto processo preventivo de revoluções dentro e contra a ordem. Articulado os elementos internos e externos, chega à consideração de que, independente das precárias bases internas, “o movimento autocrático-burguês constitui uma alternativa que conta com reforço externo bastante forte e estável”<sup>39</sup>.

Ainda nesse momento da análise, o entendimento quanto ao caráter autocrático de dominação burguesa esbarra na imprecisão conceitual que Florestan expressa entre as noções de autoritarismo e totalitarismo<sup>40</sup>, que em momentos são colocados como complementares entre si e a autocracia, como na citação a seguir: “O poder burguês está alcançando e continuará a alcançar, assim, os objetivos imediatos que provocaram a sua crise e exigiram uma reordenação da ordem burguesa em direções autocráticas, autoritárias e totalitárias.”<sup>41</sup>

Ao tratar especificamente da *estrutura política da autocracia burguesa* seu foco está nos “requisitos e implicações políticos mínimos” que estão por trás da “maneira pela qual o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista se concretizou historicamente”<sup>42</sup> e seus impactos nas relações e conflitos de classe.

A crise do poder burguês datava já de décadas anteriores ao Golpe de 1964, desde 1920 a burguesia vivia sob a ameaça constante. Mantinha-se ainda no poder porque a organização das forças antiburguesas era baixo para oferecer qualquer

<sup>39</sup> FERNANDES, 2005, p. 373.

<sup>40</sup> Em obras posteriores tais termos serão objeto de análise de Florestan Fernandes e ganharão maior precisão, como em *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”* (1979) e *Poder e contrapoder na América Latina* (1981b).

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 372.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 374.

ameaça. Porém, no momento em que aparecem pressões políticas de distintas fontes passam a se fortalecer e constituir ameaça real. Três tipos de pressões políticas, segundo Florestan, convergem para a superação da fragilidade da dominação burguesa: conflitos “dentro da ordem”, desde setores médios e burgueses descontentes, ofereciam riscos caso buscassem apoio das massas populares o que poderia fortalecer movimentos de caráter antiburguês; a possibilidade do Estado nacional, fortalecido com seu aparato administrativo e produtivo, ser apoderado por setores nacionalistas ou pelo radicalismo burguês, como com os governos de “base populista” e, necessidade de manter margem de controle interno das influências externas que são fortalecidas com a eclosão do capitalismo monopolista.

Essas três fontes de pressão política estimulam a “solidariedade de classe” o que permite optar por “usar a dominação de classe e o poder de classe da burguesia como elementos ativos de sua autodefesa e autoprivilegiamento políticos”<sup>43</sup>.

A crise do poder burguês não vem do movimento em direção à “consolidação” da democracia burguesa, mas da ordem burguesa “que „devia ser salva”, posta em *bases estáveis* e „consolidada”<sup>44</sup>. O que está em pauta é o que Florestan chama de *problema da autocracia*, ou seja, “como instaurar, abertamente, uma oligarquia coletiva das classes possuidoras”. A solução das fragilidades do poder burguês passava pela consolidação das formas autocráticas de dominação, dissimulada pela “aparência ambígua da „democracia forte””. Esse seria o meio possível para dissolver os impulsos de “desagregação da ordem” e passar efetivamente para uma ordem burguesa “firme”.

O sentido da concretização das transformações necessárias à conformação da ordem burguesa é mantido. Do arranjo político garantem-se as condições para as transformações de cunho econômico e social:

As “aparências da ordem” teriam de ruir, para que se iniciasse outro processo, pelo qual a *dominação burguesa* e o *poder burguês* assumiriam sua verdadeira identidade, consagrando-se em nome do controle absoluto das relações de produção, das superestruturas correspondentes e do aparato ideológico. (FERNANDES, 2005, p. 387).

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 380.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 387.

As dimensões da dupla articulação característica do capitalismo no Brasil são colocadas em evidência: desenvolvimento desigual e dominação imperialista externa. Ela conferia à burguesia contradições de cunho estrutural, cuja resolução passava pela ruptura com a dependência e o desenvolvimento desigual interno. Como essa decisão não foi tomada, não restavam muitas alternativas à burguesia, a não ser apelar para o “uso organizado da violência de classe”. Também teria que repelir, permanentemente, “toda „conciliação entre classes””, pois isso implicaria abrir um circuito que é fechado a restritos setores das classes dominantes. Isso marcará o caráter da hegemonia burguesa constituída sob o capitalismo dependente:

Impotentes para compor e superar suas divergências, eles deslocam o foco da unidade de ação, transferindo-o das *grandes opções históricas* para o da *autodefesa coletiva dos interesses materiais comuns*, que compartilhavam como e enquanto classes possuidoras. Por isso, pode-se qualificar o padrão de hegemonia burguesa resultante sendo o de uma hegemonia agregada, de simples aglutinação mecânica dos interesses de classe. Essa qualificação não é derrisória, porém; ao contrário, nenhum sociólogo pode ignorar o que tal transformação teria de implicar, seja estruturalmente, seja politicamente. Ela constituía, literalmente, uma “aceleração burguesa da história”. Sem modificar substancialmente a si próprios, à nação e ao seu relacionamento material com as demais classes, as classes e os estratos de classe burgueses descobriram um equivalente das condições estruturais e dinâmicas de dominação de classe, que não estavam a seu alcance. (FERNANDES, 2005, p. 390).

Na impossibilidade de superação estrutural de sua “impotência histórica”, as alternativas restringem-se a superações apenas transitórias. O interesse comum imediato torna-se o pilar da unificação burguesa: garantir a estabilidade da ordem, uma autoafirmação que consolida o seu caráter contrarrevolucionário na forma de uma “autodefesa ativa, militante e agressiva”. Assim cabe explorar o “consenso autodefensivo” para garantir a “instauração de controles autocráticos-burgueses de depuração e tutela desse regime”<sup>45</sup>.

Será por meio do Estado nacional que se dará a mediação da autodefesa burguesa, que se estruturará tendo como centralidade garantir a repressão e a opressão às classes antagônicas ao projeto burguês. Florestan coloca que, a agressividade dessa autodefesa aproxima o Estado de formas extremas de comando:

---

<sup>45</sup> FERNANDES, 2005, p. 393-394.

É nesse plano, que muitos consideram policial-militar, mas que é jurídico e política também, que a autocracia burguesa coloca seu ideal de Estado em conexão histórica com o fascismo e o nazismo. O Estado não tem por função essencial proteger a articulação política de classes desiguais. A sua função principal consiste em suprimir qualquer necessidade de articulação política espontânea nas relações entre as classes, tornando-a desnecessária, já que ele próprio prescreve, sem apelação, a ordem interna que deve *prevalecer e tem de ser respeitada*. (FERNANDES, 2005, p. 400).

Assim, o “despotismo político” será o elemento capaz de satisfazer os temores que sustentam o consenso burguês. Esses imperativos serão então submetidos a um processo de legalização e institucionalização da opressão e repressão desmedidas. O Estado será instrumento de extrema concentração de poder (necessária num contexto de extrema concentração de riqueza), poder que se conforma como absoluto e total.

Os processos de unificação e centralização do poder burguês e a contrarrevolução burguesa preparam o terreno no qual seria forjado o Estado capaz de garantir a existência do capitalismo dependente:

[...] o modelo típico de *Estado capitalista moderno* na forma em que pode surgir na periferia, quando o capitalismo dependente e a sociedade de classes correspondente atingem a fase de industrialização intensiva e de transição para o capitalismo dependente. (FERNANDES, 2005, p. 405).

Ele representará a amálgama entre as contradições próprias do capitalismo em geral e aquelas próprias do capitalismo dependente. Assim:

O Estado se diferencia e, ao mesmo tempo, satura sua estrutura constitucional e funcional de uma maneira tal que fica patente ou que se pratica, rotineiramente, uma democracia restrita, ou que se nega a democracia. Ele é, literalmente, um Estado autocrático e oligárquico. Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam simultaneamente o poder econômico, o poder social e o poder político, e usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças à qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante. (FERNANDES, 2005, p. 406).

Só o Estado configurado dessa forma pode garantir o que é traço característico das burguesias dependentes: dissociar o desenvolvimento capitalista, revolução nacional e democracia. E assim, a autocracia burguesa só poderá levar a

uma “democracia restrita típica, que se poderia designar de *democracia de cooptação*.”<sup>46</sup>

Chegando aos limites da expansão da sociedade de classes, também as forças de desagregação do capitalismo tendem a crescer. A questão que fica é por quanto tempo os esforços empreendidos no período da autocracia burguesa aberta serão suficientes para manter o poder burguês sobre bases estáveis. A própria *democracia de cooptação* restrita aos setores dominantes e médios da sociedade, se, por um lado, garante tais setores orbitando em torno do poder burguês, por outro, fermentará a revolta daqueles que assistem a “repartição do bolo” às custas da sua miséria, expondo a “corrupção intrínseca e inevitável do sistema de poder resultante”<sup>47</sup>. Porém, essa mesma cooptação, ao se abrir “para baixo”, “suscita problemas especiais de controle da ordem”, também disputam a consciência proletária para as “comodidades” da ordem.

Por isso estamos prestes a conhecer tanto o movimento de protesto dentro da ordem “corrompido pelo sistema” quanto o protesto contra a ordem “verdadeiramente revolucionário”, ambos *típicos de uma sociedade de classes moderna*. (FERNANDES, 2005, p. 422-423).

Florestan deixa bem claro que não tem ilusões quanto às respostas dadas dentro dos limites da ordem burguesa: “não padece dúvida de que as contradições entre a aceleração do desenvolvimento econômico e a contra-revolução preventiva só podem ser resolvidas, “dentro da ordem”, não pela atenuação mas pelo recrudescimento do despotismo burguês.”<sup>48</sup>

Quanto às possibilidades dessa dominação se converter em formas fascistas abertas, Florestan desconsidera esse caminho, mas defende que a estrutura estatal brasileira já incorporou elementos próprios dos regimes fascistas. Em suas palavras:

[...] apesar das semelhanças óbvias, seria dogmático afirmar que o Estado autocrático burguês constituirá, pura e simplesmente, uma variante subdesenvolvida e modernizada do fascismo. Ao que parece, mesmo a transição para o fascismo será contida pelo temor de classe, que impediu, até agora, qualquer forma de mobilização ideológica e política das massas populares no âmbito da contra-revolução preventiva. A fascistização incidiu diretamente sobre o Estado, e, neste, concentrou-se em algumas de suas estruturas e funções, assumindo, por isso, o caráter de um processo localizado e institucionalizado (e, sintomaticamente, dissimulado e posto

<sup>46</sup> FERNANDES, 2005, p. 416.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 418.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 423.

acima de qualquer comunicação ou articulação das elites com a massa). (FERNANDES, 2005, p. 423).

Buscando identificar as tendências do movimento do poder burguês, Florestan coloca que as contradições emanadas da relação entre *democracia de cooptação* e *Estado autocrático* não deixarão um caminho tranquilo para a burguesia. A resposta de Florestan à dúvida sobre a durabilidade da eficácia destas medidas entende que o Estado autocrático também não passa de uma medida com tempo de validade determinado: ou caminha para um “autêntico capitalismo de Estado”, ou para o Socialismo. Podemos finalizar com as palavras de Florestan que também apontam para os elementos fundamentais de definição dessa época e os caminhos que abre: “Trata-se do capitalismo dependente na era do imperialismo total, num momento de crise mundial da periferia do sistema capitalista e como parte de uma luta de vida e morte pela sobrevivência da dominação burguesa”<sup>49</sup>.

Para a superação dessa condição, os caminhos abertos pela via de desenvolvimento dependente são muito estreitos e fáceis de serem confundidos com os caminhos que levam a grandes abismos. As contribuições de Florestan Fernandes quanto às possibilidades que apontam ao socialismo como a verdadeira independência e autonomia nacionais mostram-se atuais e ainda não completamente absorvidas pelas organizações de esquerda do país.

---

<sup>49</sup> FERNANDES, 2005, p. 417.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada deixou lacunas que seguirão inquietando e apontando para trabalhos futuros. O que inicialmente se projetava como uma pesquisa sobre a relação entre os conceitos de fascismo e autoritarismo na obra de Florestan Fernandes, restringiu-se a uma leitura sobre o conceito de autocracia burguesa na obra *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ao longo dos estudos uma barreira se colocou: a magnitude da obra de Florestan Fernandes e a necessidade daí decorrente de apreender o pilar sobre o qual estrutura sua análise das formas de dominação burguesa próprias da sociedade brasileira. A partir dessa preocupação, buscou-se sistematizar os elementos principais que envolvem a construção do conceito de autocracia burguesa. O projeto de pesquisa anterior se manteve em mente, por isso será possível observar que a preocupação com o conceito de fascismo esteve presente em alguns momentos do texto. Buscou-se, ao final, demonstrar as complexas ramificações conceituais que estão presentes na concepção original de Florestan Fernandes quanto ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Algumas considerações, quanto aos elementos gerais que predominam no posicionamento metodológico de Florestan Fernandes, também foram expostas. Sobre a relação de Florestan Fernandes com o marxismo, faz-se importante ressaltar que o seu conhecimento desse arcabouço teórico não se deu apenas através da universidade, nem foi definindo-se ao longo de sua carreira universitária. O marxismo não chega primeiramente a Florestan através da USP, pelo contrário, ele chega a afirmar que foi através da sua militância política, contra o Estado Novo, numa organização trotskista, “de extrema esquerda”, o Partido Socialista Revolucionário (PSR), que vai aprofundar seus conhecimentos em Marx: “Por aí, eu tinha um contato mais profundo com o marxismo do que seria possível dentro da USP.” (FERNANDES, 1975, p. 11). Quase três décadas antes da publicação do livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan já havia traduzido *A Crítica da Economia Política*, em 1946, e escrito um prefácio ao texto onde já se observa o rigor e comprometimento do sociólogo e socialista ainda aos seus 24 anos. Segundo Florestan:

Graças ao estudo do marxismo, ao qual podia aplicar as técnicas que aprendera na Universidade, me colocava o problema do que deveria ser a sociologia e sua relação com outras ciências de uma perspectiva que era relativamente diferente daquela que se poderia ter dentro do ensino acadêmico. (*Idem*, p.11).

Com exceção das obras antropológicas sobre a civilização Tupinambá, de caráter claramente funcionalista, as demais mantêm aspectos que, se não o colocam explicitamente no campo marxista, também não o colocam em relação de contradição com esses princípios, ao contrário, o aproximam. Como já colocado, uma das causas atribuídas para essa “indefinição”, segundo o próprio Florestan Fernandes, foi a ausência de um amparo do movimento socialista que pudesse direcionar as produções acadêmicas dos seus militantes. Esse fenômeno também se apresentava novo para o movimento, visto que a emergência dos cursos universitários e da teoria social dentro destas instituições até aquele momento ainda se mantinham, predominantemente, restritas a alguns setores beneficiários da estrutura de poder dominante.

O “ecletismo bem temperado”, expressão cunhada por Gabriel Cohn (1987), é uma das mais utilizadas para referir-se ao trabalho teórico-metodológico expresso em *A Revolução Burguesa no Brasil*. Porém, de análise magistralmente feita por Cohn, a voga que o termo ganhou o destituiu do seu sentido originário. Um risco que se corre quando se trata em termos de “ecletismo”. Pois, em que sentido esse ecletismo se coloca: enquanto metodologia de análise ou enquanto recurso secundário? Deixar estritamente em termos de “ecletismo bem temperado”, além de simplificar a análise feita por Cohn, abre margem também para conclusões apressadas e, por consequência, equivocadas. Ao retomar diretamente a tese defendida por Cohn, nela encontramos a defesa de que Florestan utiliza-se de categorias próprias dos três clássicos da Sociologia, com o intuito de alcançar o objeto de análise em sua multiplicidade e integridade, tratando-se de um ecletismo que foge do caráter “relativizador” ou “atomizador” dos procedimentos analíticos, por isso, constituindo-se como um “ecletismo bem temperado”. Cohn ressalta a dedicação de Florestan às questões metodológicas, o que garantiu a coerência no trânsito entre essas perspectivas. O predomínio da análise, também para Cohn, está no método marxista. Dessa forma, defende que:

(...) o jogo cruzado entre Weber e Durkheim, análise que Florestan faz da revolução burguesa no Brasil, encontra a sua inteligibilidade numa outra corrente de pensamento, que permeia ambas e exatamente garante a sua inteligibilidade. Ela não está expressa, não está explícita, não é evocada de maneira explícita. (...)

A sugestão, aqui, é que essa outra concepção, essa coisa que trabalha o texto por dentro, é a visão marxista, é uma concepção materialista histórica, alimentada por Marx. Eu diria que não apenas Marx, mas por Lênin, esse Lênin ao qual Florestan dedicou um texto que deve ser sério candidato a uma das melhores coisas que se tenha escrito a respeito: a introdução que Florestan fez ao volume sobre Lênin da coleção “Grandes Cientistas Sociais”. Essa coisa trabalha por dentro o texto todo, articula as outras e permite, no final das contas, que disponhamos de uma construção analítica internamente consistente, internamente coerente. (COHN, 1987, p. 52).

Numa passagem sobre sua formação na USP, Florestan critica diretamente outra forma de “ecletismo” que predominava no ensino europeu do qual foi herdeiro juntamente a seus companheiros das primeiras turmas de Ciências Sociais.

Uma coisa que me incomodava no ensino europeu era o seu caráter eclético, culminando sempre numa síntese falsa. Por exemplo, só para ter uma ideia: Cuvillier procura estabelecer uma síntese entre Marx e Max Weber. O estudo que fiz de Marx e Engels levou-me à conclusão de que não se podia fundir pensamentos que são opostos. Seria muito fecundo procurar a razão de ser de sua diferença específica. Eu começava a enfrentar, assim, a questão de saber qual é a contribuição teórica específica de Durkheim, de Marx, de Max Weber etc. (FERNANDES, 1975, p. 11)

Essa passagem nos ajuda a entender em que termos Florestan entendia a relação entre categorias e método, deixando claro a necessidade de respeitar a lógica à qual as categorias pertencem dentro de uma determinada perspectiva metodológica. Algumas interpretações de sua obra evidenciam esse aspecto. José de Souza Martins, por exemplo, referindo-se especificamente à *A Revolução Burguesa no Brasil*, coloca que:

Se na primeira parte é notória a presença de Max Weber e suas categorias interpretativas, nem por isso o funcionalismo de Émile Durkheim está ausente, do mesmo modo que a estrutura geral do discurso ganha sentido numa interpretação dialética do processo histórico. Na terceira parte, é menos Marx e mais Lênin quem parece puxar a interpretação, no contraponto de alertas históricos de cunho weberiano. (MARTINS in FERNANDES, 2005, p.21)

Já Octavio Ianni enfatiza a perspectiva crítica como critério para essa reelaboração inventiva que se observa nos seus trabalhos e que seria responsável pelo modo original como articula o pensamento dialético:

Na obra de Florestan Fernandes encontra-se uma contribuição básica para a teoria sociológica: retira e desenvolve o conteúdo crítico da sociologia clássica e moderna. [...] As possibilidades de reflexão crítica abertas por Comte, Spencer, Durkheim, Weber, Sombart, Tönnies, Mannheim, Merton e outros – possibilidades às vezes moderadas – são levadas a diante nos escritos teóricos e históricos de Florestan Fernandes. (2004, p. 318).

Esse caráter também é reforçado por Ricardo Antunes que coloca a predominância clara de uma orientação metodológica em termos de “fio condutor” que progressivamente se conforma à análise marxiana da realidade:

Aberto em seu referencial teórico, tendo um fio condutor cada vez mais ancorado na analítica de Marx, respaldado na formulação de Weber, sem nunca desprezar o contributo dos demais pensadores clássicos e contemporâneos a quem recorrentemente visitava em seu percurso reflexivo, Florestan Fernandes apresentou uma densa e sólida explicação para o processo de modernização e constituição do capitalismo no Brasil, suas peculiaridades, seu caráter *retardatário*.<sup>50</sup> (2011, p. 61).

Mas é em José Paulo Netto que encontramos uma importante pista a ser considerada na análise do método de Florestan Fernandes. Tratando da análise de Lênin na obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, nos mostra que esse recurso não é novidade e identifica referências a essa característica também presente nos clássicos marxistas.

*O Desenvolvimento* é a mais “russa” de todas as grandes obras de Lênin – e, paradoxal e exatamente, aí me parece residir a sua universalidade. Porque não se trata, neste livro, de “aplicar” um método preciso – no caso, aquele elaborado por Marx – a uma dada realidade. Antes, o procedimento leniniano consiste, a *partir* desse método, em agarrar a realidade de modo tal que a sua particularidade não resulte subsumida no reducionismo inerente às instâncias teórico-metodológicas. Daí, também, a sua criatividade: o aparato metodológico não retorna, desse mergulho na particularidade, idêntico a si mesmo, mas se amplia e se enriquece com novas determinações. (NETTO, 1982, p. XX-XXI).

---

<sup>50</sup> Grifo original.

O próprio Florestan compartilha da análise acima. Segundo ele, assim como Marx, Lênin no referido livro, articula a abordagem funcional, porém regida pelo lastro da abordagem dialética. Trata-se, portanto, de uma “compatibilização” da análise funcional e dos seus conceitos em termos de instrumentos a uma análise que, de fundo e determinadamente, é materialista histórico-dialética (1975, p. 56).

Mantém no todo da obra a caracterização da origem burguesa em bases patrimonialistas, das quais herda o mandonismo conservador e seu particularismo agressivo. Porém, essa caracterização não significa uma tomada de posição para o individualismo metodológico. Gilcilene Barão (2008), amparada nas contribuições de José Paulo Netto concedidas em entrevista à autora, expõe:

É correta a observação de que o marxismo esteve presente no horizonte de Florestan desde os anos de 1940, mas não como teoria fornecedora de instrumental conceitual que somente estará consolidada e explicitada na sua trajetória e obra a partir da segunda metade dos anos 60. Netto (B2006), ao escrever sobre a evolução intelectual de Florestan, reflete sobre aspectos diferentes dos de [Carlos Guilherme] Mota, no entanto, há coincidência quanto à centralidade conferida à repercussão que causou, em sua evolução intelectual, a pesquisa sobre a integração do negro na sociedade de classe. Para Netto, no final dos anos 40 e início dos anos 50: [Florestan] fez a resistência ao Estado Novo, num grupamento de cariz trotskista, ali ele leu, eu diria, alguns materiais básicos de Marx. Mas, não há dúvida nenhuma de que Florestan, sociólogo dos anos 50, opera uma redução de Marx. Marx para ele é uma fonte das ciências sociais, é um clássico, uma fonte seminal, da mesma maneira que o Durkheim, Weber. O Florestan dos anos 50 é um Florestan que está pensando em uma ciência sociológica constituída como tal, autônoma, e que deve incorporar numa síntese pouco clara com tributos das mais distintas vertentes, o que vai dar naquilo onde Gabriel Cohn, de uma maneira muito elegante, chamou de um ecletismo bem temperado, eu diria, que isso vai marcar a obra do Florestan até meados, até entrada dos anos 60, ou se você quiser, até aquele tour de force extraordinário que é a integração do negro na sociedade de classes, não é, dali para frente... (BARÃO, 2008, p. 88-89)

Na leitura aqui exposta de *A Revolução Burguesa no Brasil*, procurou-se apontar a centralidade que o regime de trabalho assume nas definições de Florestan Fernandes sobre os sistemas econômicos, sociais e políticos que se estruturaram no país. No caso do período colonial, o trabalho escravo será o elemento definidor máximo das relações econômicas e trará consequências para a conformação do poder burguês que se seguirá. Uma sociedade, cuja autonomização política se conformará antes das transformações econômicas próprias do capitalismo cobrará seu preço por longos anos a seguir, presentes ainda hoje. A sua expressão máxima será a manutenção de formas retrógradas de dominação política, na leitura de

Florestan Fernandes, o que conformará o caráter autocrático da dominação burguesa no Brasil.

Na perpetuação das relações econômicas de dependência mesmo com a Independência e com a abolição da escravatura, a esfera política assume particular função. Palco dos acordos por onde se prepara a imposição de transformações econômicas e sociais à massa da população. A política, por meio do seu instrumento máximo – o Estado, é mediação entre os ditames do padrão de dominação externa e as massas populares, sejam escravas ou operárias - o lado brutalmente explorado de nossa história, sobre as quais recai o cada vez mais insuportável peso da expropriação dual.

Para manter tão alto nível de exploração e contrabalançar qualquer tentativa de cisão dentro do bloco hegemônico de poder, converteu-se a autocracia própria da produção patrimonialista no fio condutor da história. Para melhor adaptar-se a cada momento histórico, a autocracia se recicla continuamente, em alguns momentos assume forças dissimuladas e, em outros, formas abertas, como o do período da ditadura civil-militar, pano de fundo da elaboração de *A Revolução Burguesa no Brasil*.

Por isso, nas suas páginas também estará presente o debate sobre a polêmica caracterização do regime militar instaurado a partir do golpe de 1964. Enquanto boa parte da esquerda o definiu, principalmente a partir de 1968, como regime fascista, Florestan negava essa possibilidade. Fascismo e autocracia se confundem no uso organizado da violência de classe e de toda agressividade de uma contrarrevolução permanente. Mas, de acordo com sua análise, o fascismo, na totalidade de seus elementos, mesmo de caráter nitidamente conservador e reacionário - nesse sentido congruente com os interesses da burguesia brasileira -, aqui não poderia utilizar-se da mobilização das massas pois assim ameaçaria uma dominação burguesa com débeis bases estruturais. A mobilização das massas não pode ser acionada no Brasil pelo receio da burguesia em perder o controle da situação política. Num capitalismo dependente como o nosso, cuja burguesia fez uma Revolução Burguesa pelo alto, em conciliação com a oligarquia agrária dominante no regime senhorial, a participação das classes despossuídas nos processos políticos sempre foi um risco que se tornou vital não correr. Com maior precisão, cabe a aplicação do conceito de autocracia burguesa, posto que possibilita

a fascistização velada da estrutura estatal, não aberta como nos casos clássicos de fascismo. Mesmo sem esse recurso explícito, essa burguesia logra manter sua dominação por meios políticos extremamente eficazes do ponto de vista da contrarrevolução. Posteriormente, Florestan irá precisar suas formulações acerca dos elementos fascistas presentes na estrutura de dominação burguesa no Brasil:

A „democracia forte“ possui as mesmas causas que o fascismo e busca os mesmos fins. Ela nasce do temor da burguesia diante da revolução proletária e pretende paralisar a história. (FERNANDES, 1984, p. 51).

A “versão” brasileira desse objetivo se colocará na autocracia burguesa, expressão máxima e síntese das contradições desse tipo de formação social, que possibilita manter a extrema concentração de riqueza e de poder político presentes desde o período colonial. Doutra lado, os que não estão no Estado – que, pelo contrário, são considerados seus inimigos -, ou lhes resta a “incorporação desfigurada” ou a repressão por ousar expressar os interesses das classes despossuídas (NETTO, 2009).

No contexto atual, como exposto na introdução desta pesquisa, marcado por uma intensa crise estrutural do sistema do capital sem precedentes na história do capitalismo, o universo categorial que oferece *A Revolução Burguesa no Brasil* se atualiza. Momento este em que se pode observar mais claramente o caráter autocrático da dominação burguesa nos países de capitalismo dependente e da “democracia” neles concebida. Os movimentos recentes da conjuntura brasileira assinalam nesse sentido. Como nos coloca Mauro Iasi (2013):

Nos termos da democracia de cooptação, a focalização das políticas sociais miraram os desorganizados e em situação de miserabilidade ao mesmo tempo em que garantiram os patamares de acumulação de capitais para o capital imperialista. E para isso teve de atacar direitos e represar demandas dos setores organizados dos trabalhadores e das camadas médias. O único meio de realizar isso é pelo transformismo do PT e o apassivamento da classe trabalhadora, principalmente no seu setor mais organizado e decisivo para o funcionamento da economia capitalista. Isso se dá pela precária garantia de emprego (com as flexibilizações impostas) e pelo acesso ao consumo via certo grau de controle da inflação combinado com a facilitação do crédito. [...] A combinação entre a dominação e formas de direção hegemônica exigem uma “democracia forte” no sentido de ter os elementos de controle e garantia da ordem.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> IASI, Mauro. A democracia e suas metamorfoses: ou de como o conteúdo determina a forma. *Blog da Boitempo*. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/11/13/a-democracia-e-suas->

Essa dissertação se encerra no marco de uma nova onda das políticas de austeridade no plano nacional próprias do cenário da crise estrutural. A generalização da precarização do trabalho está na ordem do dia. São ataques diretos aos direitos trabalhistas, aprovação da utilização indiscriminada da terceirização dos contratos de trabalho e a privatização escancarada dos serviços públicos. Estes se colocam como os principais retrocessos a serem combatidos. A presença das lutas da classe trabalhadora organizada se faz presente, como as significativas greves na educação que, assim como em 2011, também em 2015 ocorrem em mais de seis estados da federação. Porém, a ausência de uma articulação efetiva entre as categorias em luta ainda se coloca como impedimento para a vitória esperada.

A clareza quanto ao inimigo a que se deve combater e como ele se manifesta ainda é um desafio. A contribuição de Florestan Fernandes aponta para a necessidade de analisar a atualidade em termos da reciclagem da autocracia burguesa. A clara definição do Estado no Brasil e da forma de poder que engendra são elementos essenciais no horizonte da organização popular e operária. Assim, fica também clara a impossibilidade de qualquer “revolução dentro a ordem”, como já defendia Florestan.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Linhagens do Estado absolutista*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia de Florestan Fernandes. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, ano 1, v. 22, p. 9-27, jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Arremate de uma reflexão: a revolução burguesa no Brasil de Florestan Fernandes. *Revista USP*, São Paulo, n. 29, p. 56-65, mar/mai. 1996.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul Marlor. **Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARÃO, Gilcilene de Oliveira D. **As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: o debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria revolução**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Tese de Doutorado, 2008.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre a revolução burguesa em Florestan Fernandes. In: VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "História, Sociedade e Educação no Brasil", Campinas, 10 a 13 de julho de 2006. **Anais do VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "História, Sociedade e Educação no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006. p. 1-17.

BASTOS, Élide Rugai. A questão racial e a revolução burguesa. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan. *Coleção Documentos*. São Paulo: Estudos Avançados da USP, nº 18, Junho de 2001.

\_\_\_\_\_. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.10, n.26, abr. 1996. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141996000100014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 13 jul. 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. Sobre Florestan Fernandes. *Revista Florestan*, São Carlos, ano 1, v. 1, p. 72-73, mai. 2014.

CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. *In: D'INCAO, Maria Angela (org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e "imagem do Brasil" em Florestan Fernandes**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv54.htm>>. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995a.

\_\_\_\_\_. **A contestação necessária**. São Paulo: Ática, 1995b.

\_\_\_\_\_. **O que é revolução**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981a.

\_\_\_\_\_. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981b.

\_\_\_\_\_. **A natureza sociológica da sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"**. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. **A sociologia no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976a.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976b.

\_\_\_\_\_. Sobre o trabalho teórico. *Trans/formação*, v.2, 1975, pp. 5-86. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31731975000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731975000100001)>. Acesso em: 16/07/2014.

FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade, revolução. *In: D'INCAO, Maria Angela (org.). O saber militante: Ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo/Rio de Janeiro: UNESP/Paz e Terra, 1987.

GNACCARINI, José Cesar. Folclore e Sociologia. *In: D'INCAO, Maria Angela (org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

IANNI, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. *In: IANNI, Octavio. Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004. pp. 307-348.

IASI, Mauro. A democracia e suas metamorfoses: ou de como o conteúdo determina a forma. *Blog da Boitempo*. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/11/13/a-democracia-e-suas-metamorfoses-ou-de-como-o-conteudo-determina-a-forma/>>. Acesso em: 15/nov/2013. Publicado no dia: 13/nov/2013.

LÊNIN, Vladimir. **Estado e revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MACIEL, David. Hegemonia neoliberal e trabalhadores no governo Lula. *In*: Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática. Niterói, Universidade Federal Fluminense: 28 de novembro a 01 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira. IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA - Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. *In*: **Anais do IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**. Londrina, UEL: 14 a 17 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **A argamassa da ordem**: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MAESTRI, Mário. **Florestan Fernandes**: o olhar de um socialista revolucionário sobre a *Revolução Burguesa no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1996. (conferência). Disponível em: <[marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/M-Maestri-FF.pdf](http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/M-Maestri-FF.pdf)>. Acesso em: 05/jul/2014.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARTINS, Hermínio. A totalidade fora de lugar? *In*: D'INCAO, Maria Angela (org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987. pp. 54-62.

MARTINS, José de Souza. Prefácio à quinta edição. *In*: FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sinfonia inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, Editora da Unicamp, 2002.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. A recuperação marxista da categoria revolução. *In:* D'INCAO, Maria Angela (org.). **O saber militante:** ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

\_\_\_\_\_. Introdução. *In:* LENIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

PORTELA Jr., Aristeu. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.2, 2012, pp.9-27.

RENNER, Cecília Helena Ornellas. Marco zero do processo histórico brasileiro: os Tupinambás. *In:* D'INCAO, Maria Angela (org.). **O saber militante:** ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **Entre a academia e o partido:** a obra de Florestan Fernandes (1969/1983). São Paulo: Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social, Dissertação de Mestrado, 2006.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora de lugar. *In:* SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas:** forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

SWEEZY, Paul; *et all.* **A transição do feudalismo para o capitalismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.